

Ilcéia Alves Soares
Marinez Rosa dos Santos Bassotto
(Organizadoras)

GÊNERO, SEXUALIDADES E DIREITOS



© Fonte Editorial, 2016

Apresentações

Francisco de Assis da Silva
Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

Sarah Roure
*Brazil Programme Officer
Christian Aid*

Introdução

Ilcéia Alves Soares
Mara Lúcia Manzzone Luz
Marinez Rosa dos Santos Bassotto
Sandra Maria Correia de Andrade
Comissão Nacional de Diaconia

Organizadoras

Ilcéia Alves Soares
Marinez Rosa dos Santos Bassotto

Colaboradora

Sandra Maria Correia de Andrade
*Coordenadora do Serviço Anglicano
de Diaconia e Desenvolvimento*

Autores/as

Ana Claudia Figueroa
Anna Luiza Martins de Oliveira
Arthur Cavalcante
Beto de Jesus
Bianca Daebis Seixas de Almeida
Marcel Cesar Julião Pereira
Letícia Cardoso

Parceiro

Christian Aid Brasil

Projeto Gráfico, Editoração e Revisão

Carlos Batanoli Hallberg

Edição Final

Carlos Batanoli Hallberg
Ilcéia Alves Soares
Marinez Rosa dos Santos Bassotto
Sandra Maria Correia de Andrade
Conselho Editorial

Editora

Fonte Editorial

Todos os direitos reservados:

Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
Escritório provincial
Praça Olavo Bilac, 63 – Campos Elíseos
Fone: +55 11 36678161
São Paulo – SP

Fonte Editorial
Rua Barão de Itapetininga, 140 loja 4 – Centro
Fone: +5511 3151 4252
São Paulo – SP
www.fonteeditorial.com.br | contato@fonteeditorial.com.br

SUMÁRIO

Apresentações.....	4
Introdução.....	7
Pensar gênero: ou sobre como nos inventam(os).....	10
Gênero e Bíblia.....	19
Sexualidades.....	28
Sexualidades e Bíblia.....	44
Políticas públicas e diversidade sexual no Brasil.....	52
A política da invisibilidade social.....	56
Acolhida pastoral em tempos de HIV/Aids.....	63
Diaconia.....	69
Anexos	
Primeira Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana – 1997.....	75
Segunda Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana – 2007.....	77
Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana – 2002.....	79
Declaração da II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana – 2004.....	80

APRESENTAÇÃO

++Francisco de Assis da Silva
Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

*Agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor,
estes três, mas o maior destes é o amor.*

(I Coríntios 13:13)

Este trabalho aponta para uma das mais desafiadoras características do jeito anglicano de ser. Ao lado das Escrituras e da Tradição, a Igreja necessita dialogar e se aventurar nos caminhos do conhecimento sociológico e afins, com vistas a responder às importantes demandas que estão colocadas no nosso cotidiano.

Sempre tendo em vista a lei maior do amor, a Igreja precisa compreender a temática da sexualidade e de gênero, para o que a Escritura lida isoladamente não pode responder, até porque as ferramentas de análise evoluíram para além dos tempos bíblicos. Nossa IEAB tem, na última década, aprofundado a sua reflexão sobre temas como sexualidades, gênero e modelos de famílias. Este é um movimento que também tem sido percebido em outras Províncias da Comunhão Anglicana e, entre debates e tensões, o caminho vai se fazendo na direção de superar estigmas e fortes preconceitos estruturados numa sociedade culturalmente androcêntrica e heteronormativa.

O Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD) foi demandado pela Igreja a construir uma reflexão sobre o tema das Sexualidades. A metodologia de trabalho se constituiu em consultas realizadas nas Áreas Provinciais, envolvendo clero e laicato e reunindo teólogo(a)s e especialistas no campo das ciências naturais, sociais e comportamentais. Foi uma rica e corajosa aventura.

Aqui se apresentam algumas das contribuições que devem servir para discussão em nossas comunidades locais. Nosso povo anglicano terá a oportunidade de conhecer, estudar e discutir a temática da diversidade no campo das sexualidades e gênero. Este é um passo importante para se superar o preconceito, a homofobia, a lesbiofobia, a transfobia e todas as formas de violências contra pessoas que vivem, desde longo tempo, a invisibilidade e a exclusão social e psicológica perpetrada pela sociedade.

A sociedade brasileira - e a Igreja como parte dela - precisa superar padrões pré-definidos e mudar a forma de olhar e de se relacionar com as pessoas. A cultura e a ideologia são muito fortes e condicionam as nossas percepções. Por isso que Jesus disse que a Verdade é o que liberta as pessoas. E a verdade é dinâmica; uma verdade que seja apenas fruto de uma normatividade longeva perde sua força e, ao invés de libertar, escraviza.

Esta obra é provocativa, pois nos ajuda a refletir sobre a necessidade de fazermos outras aproximações com relação à Escritura, e à Tradição. Ela oferece o desafio de tirarmos as escamas que muitas vezes nos impedem de enxergar a própria humanidade com olhos amorosos e perceber, para além de um tom monocromático, que as pessoas são ricamente diversas.

As pessoas autoras desta obra nos provocam a pensar sobre a diversidade, que muitos insistem em ignorar. Elas nos desafiam a ler a Bíblia por outros filtros o que nos leva a concluir que a Bíblia contém a Palavra de Deus, mas mediada pelas culturas dominantes de seus contextos de produção.

Esta obra também nos desafia a entendermos as pessoas para além de suas genitálias, condicionadas pela cultura dominante a agir em estrito papel definido pela lei e pela religião. Não é à toa que os segmentos conservadores da sociedade, capitaneados por fundamentalistas religiosos fogem da discussão sobre gênero como o “diabo foge da cruz”.

Que esta obra alcance seu objetivo maior: quebrar as resistências a respeito de uma compreensão mais humana e menos estereotipada das sexualidades, de seus papéis, eliminando assim as barreiras contra aquelas pessoas que sofrem o preconceito, a opressão e, inclusive, a eliminação.

Nas mãos de nossos leitores e leituras está uma obra que é fruto da vida e testemunho de fé de pessoas que querem ajudar-nos a viver a única lei, a única norma que Deus deixou para observarmos: a lei do Amor para com todos os nossos semelhantes e para com Ele mesmo.

APRESENTAÇÃO

Sarah Roure
Brazil Programme Officer
Christian Aid

A desigualdade no Brasil é uma característica marcante que se sustenta na exclusão de milhões e milhões por sua raça, classe e gênero. Nesse contexto as sexualidades também são um elemento de exclusão que impedem mulheres e homens de terem acesso a seus direitos e se desenvolverem plenamente na sociedade. A população LGBTI é marginalizada do acesso a serviços de saúde, educação e do mercado de trabalho, já que o preconceito é marca não só das pessoas como também das instituições.

A desigualdade de gênero está no coração da desigualdade que estrutura a sociedade brasileira e, portanto, atuar para superá-la é parte essencial de nosso trabalho. Queremos ver transformadas as normas e preconceitos que marginalizam, mas também as relações de poder econômico, político e social que excluem.

Como uma organização de inspiração religiosa, a Christian Aid acredita no ecumenismo como um compromisso para com toda a humanidade: cristãs e as que professam ou não alguma outra fé. Nessa perspectiva é que afirmamos os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, encorajando as comunidades e grupos marginalizados ao exercício de seus direitos civis e políticos.

Temos atuado de forma incansável para colocar a justiça de gênero no centro de nossas análises e de nosso trabalho e isso é resultado de uma caminhada que se faz em parceria. O Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento (SADD), como parte da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, é parte essencial dessa trajetória ajudando a refletir sobre as sexualidades como um dom de Deus e parte do desenvolvimento de todos os seres humanos.

Essa publicação é resultado de um amplo processo de diálogo e compromisso que esperamos que possa inspirar outras pessoas e organizações. Os textos que se seguem são contribuições para reflexão sobre gênero e sexualidades e principalmente como as comunidades podem se engajar. Nesse sentido ela é um passo essencial para aproximar a reflexão e fortalecer a ação profética de igrejas, organismos ecumênicos e grupos religiosos para que façam ecoar os clamores por justiça social, paz e igualdade.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

A Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), nos últimos 20 anos, tem estabelecido diálogos entre suas lideranças clericais e leigas sobre a temática das sexualidades tendo sido inclusive lançada para toda a Igreja, através da Câmara dos Bispos, 2 cartas pastorais (I Carta –1997 e II Carta-2007). Foi expresso ainda nas conclusões da I e II Consultas sobre Sexualidade Humana (2001/2004) que “persiste entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade”.

No XXXII Sínodo Geral, em novembro de 2013, depois de um debate sobre a questão da união de pessoas do mesmo sexo e sobre sexualidades, houve a reafirmação da legitimidade, seriedade e relevância pastoral do tema. Constatou-se que faltava à IEAB um processo de reflexão pastoral amplo, que envolvesse todos os âmbitos, oferecendo a oportunidade para que o tema fosse apropriado, refletido e decidido em todas as instâncias da Igreja”.

Diante disso, recomendou-se que o a liderança clerical e leiga aprofunde seu conhecimento sobre o assunto para que tenha instrumentos pastorais adequados ao atendimento das congregações e acolhimento de forma ampla a todas as pessoas e foi decidida que a responsabilidade de mediar o diálogo na IEAB seria do Centro de Estudos Anglicanos - CEA e do Serviço Anglicano de Diaconia e Desenvolvimento-SADD.

Compreendendo as especificidades dos papéis desempenhados por essas instâncias na IEAB, cada qual com sua peculiaridade, elabore metodologias próprias para trabalhar o tema sexualidades a partir de 2014.

O CEA propôs conversar sobre famílias e sexualidades em encontros regionais em forma de Indabas,¹ visando os aspectos teológicos e pastorais.

¹ “Indaba” é um termo africano que corresponderia a uma “tempestade de ideias” (*brainstorm*). Essa metodologia foi utilizada na última Conferência de Lambeth (2008). As pessoas reúnem-se não para discutir, debater ou fazer prevalecer suas ideias. Reúnem-se simplesmente para verbalizar suas experiências e o modo como enxergam alguma situação. Naturalmente sempre há um coordenador no grupo, mas esse não define a pauta da discussão; apenas lança a questão central e tenta controlar o tempo evitando que uma só pessoa ou grupo monopolize o discurso. Alguém anota a maior quantidade possível de contribuições e depois o material é relido, repartido, socializado e sistematizado. “Trata-se de uma metodologia de “empoderamento” (*empowerment*), sobretudo do laicato, que tem a oportunidade de expor livremente suas opiniões sem medo de ser “corrigido” ou confrontado naquele momento, pois uma das regras é exatamente essa: deixar as pessoas falarem e, por mais absurda ou fora de foco que seja a opinião, simplesmente ouvi-la, guardar no coração o que se ouve e refletir. O máximo permitido à pessoa que coordena é evitar dispersão do foco central” (Carlos Eduardo Calvani).

Disponível em: <<http://www.centroestudosanglicanos.com.br/portal/quem-somos/departamentos/comunicacao-e-publicacoes/195-breve-resenha-da-sistematizacao-dos-indabas-provinciais.html>>.

O SADD, por sua vez, se propôs desenvolver diálogos e ações nas áreas provinciais e nas dioceses sobre sexualidades e gênero, na perspectiva de direitos e políticas públicas.

Construindo sua metodologia de trabalho, a partir das seguintes etapas: seminários nas áreas provinciais, elaboração de uma revista sobre Gênero, Sexualidades e Direitos, realização de Rodas de diálogos, grupos de estudos e oficinas nas dioceses e distrito missionário possibilitando que as comunidades de fé dialogassem sobre a temática com o objetivo de articular lideranças locais, regionais e nacionais para a criação de uma rede de reflexão e amadurecimento da Igreja, levando em consideração os direitos e políticas de gênero e sexualidades.

Uma vez elaborado este plano de ação, foi estabelecida uma parceria com a Christian Aid – CA, que também estava interessada em trabalhar este tema internamente junto com suas equipes e suas igrejas no Reino Unido e Irlanda.

Dessa forma foi elaborada esta revista sobre gênero, sexualidades e direitos. Sua gestação foi coletiva, com o propósito de ser um instrumento pedagógico de apoio para os trabalhos de formação, conscientização e sensibilização sobre a temática, a serem realizados nas dioceses e Distrito Missionário da IEAB.

A revista é composta de 8 capítulos, dispostos na seguinte ordem: 1. Gênero; 2. Gênero e Bíblia; 3. Sexualidades; 4. Sexualidades e Bíblia; 5. Políticas Públicas; 6. Invisibilidade social; 7. HIV/AIDS e Igreja; e 8. Diaconia. Cada autor e autora escreveu seu capítulo livremente, portanto, imprimindo suas marcas e particularidades.

Entendendo esta revista

O nosso desejo com esta revista é que cada liderança clerical e leiga da IEAB possa utilizá-la como recurso para facilitar o diálogo e aprofundar o debate com suas comunidades de fé. A proposta é que o material seja lido individualmente, em rodas de diálogos, encontros, oficinas temáticas, e outros espaços capacitando lideranças em ações sistematizadas que possibilitem a criação de um ambiente mais inclusivo e respeitoso da diversidade sexual, da identidade de gênero e da apropriação de políticas públicas voltadas para população LGBTI.

A revista possui questões ao final de cada capítulo, que podem ser trabalhadas nos encontros. Cada capítulo poderá servir de referência para se fazer: (I) um diagnóstico de uma situação atual, (II) a definição de uma situação desejada e (III) o plano de ação para alcançar a transformação da realidade.

Sugerimos que ao final do estudo da revista seja feito mapeamento da situação das comunidades de fé, pensando: O que precisa ser reduzido? O que precisa ser eliminado? O que precisa ser reforçado? O que precisa ser construído?

Estas questões trazem não apenas uma visão do que falta, do que é problema, mas também uma abordagem apreciativa ao estabelecer um projeto de abertura das comunidades para serviços de promoção dos direitos humanos.

Desejamos que a revista alcance todas as áreas e comunidades de fé, e que seja contextualizada e utilizada de acordo com as realidades locais que são diversas.

PENSAR GÊNERO: OU SOBRE COMO NOS INVENTAM(OS)

Anna Luiza Martins de Oliveira¹

Nos últimos anos grupos conservadores de nossa sociedade têm chamado a atenção para o “perigo” dos estudos de gênero, que passam a denominar pejorativamente de “ideologia de gênero”. O lado mais perigoso dos estudos de gênero é também sua principal virtude: aprender a questionar.

Por que há discriminação entre gêneros? Por que homens sensíveis e mulheres fortes são discriminadas? Por que os homens têm que provar diariamente a sua “masculinidade”? Por que há roupas, comportamentos, relacionamentos pré-determinados para cada gênero? Por que há hierarquização entre homens e mulheres? Entre pessoas brancas e negras? Entre heterossexuais e homossexuais? Entre pessoas ricas e pobres? Por que há divisão de trabalho por sexo?

Fazer perguntas é algo muito perigoso! Ao questionar as normas, entender suas origens e dinâmicas, as pessoas passam a conhecer um pouco mais da sua própria cultura, sociedade, e percebem que estes sistemas precisam ser reinventados com base no princípio da igualdade de direitos e da solidariedade coletiva.

São, também, desafiadas a desconstruir preconceitos, rever suas posições de sujeitos, identificar contextos de discriminação, enfrentar o ódio e a violência.

Você está disposta/o a pensar sobre gênero?

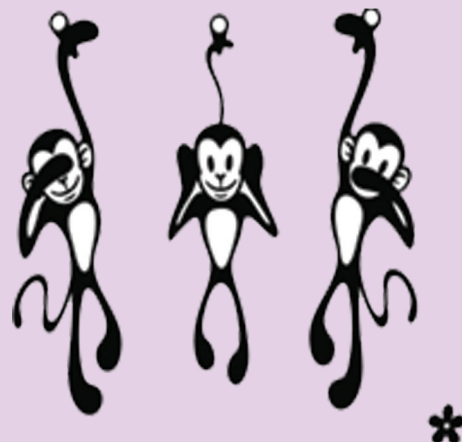
Discutir gênero remete a uma compreensão do ser humano imerso em diferentes relações de poder situadas em épocas históricas, culturas e sociedades específicas. Implica refletir sobre as relações sociais entre as pessoas de diferentes sexos.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), doutora em Educação, pesquisadora da UFPE/CNPq na área de Currículo, gênero e diversidade sexual. Leiga da Diocese Anglicana do Recife da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E-mail: alarmo@uol.com.br.

Sexo consiste num conjunto de dados cromossômicos, órgãos genitais, características reprodutivas e fisiológicas que definem “machos” e “fêmeas”.

O gênero é um aspecto constitutivo das relações sociais. As pessoas aprendem sobre gênero ao longo da vida, sob a influência de diferentes processos, instituições, símbolos (Adão e Eva, Sol e Lua) e conceitos associados à simbologia (domínio/submissão, agressividade/sensibilidade, purificação/poluição, luz/escuridão) que são partilhados e repetidos performaticamente no interior de uma cultura.

Um grupo de cientistas colocou cinco macacos numa jaula. No meio da jaula, uma escada e sobre ela, um cacho de bananas. Quando um macaco subia na escada para pegar as bananas, os cientistas jogavam um jato de água fria, não no que subia, mas nos que estavam no chão. Depois de alguns jatos de água, quando um macaco tentava subir a escada, os outros o espancavam. Com mais algum tempo, nenhum macaco subia mais a escada, apesar da tentação das bananas. Então, os cientistas substituíram um dos macacos por um novo. A primeira coisa que o novato fez foi, logicamente, subir a escada. Mas foi imediatamente surrado pelos outros. Depois de algumas surras, o novo integrante do grupo também não subia mais na escada. Em seguida, os cientistas substituíram outro macaco. Claro, o novato foi direto tentar subir a escada. E claro, foi espancado por todos os outros, inclusive por aquele primeiro macaco trocado. E assim foi, macaco a macaco. Os cientistas substituíram todos por novos integrantes. No final de tudo, o grupo de cinco macacos, todos trocados, mesmo nunca tendo tomado um único banho frio, continuavam batendo em qualquer um que tentasse pegar as bananas. Se desse para a gente perguntar para algum deles porque eles espancavam quem tentasse subir a escada, provavelmente um deles ia responder: não sei, só sei que sempre foi assim.



Retirado da Cartilha “Diversidade sexual na escola” (BORTOLINI, 2008)

Gênero envolve sempre relações de poder que servem para justificar normas, influenciar a forma como as pessoas percebem a realidade e os seus semelhantes.

O conceito de gênero é aprendido desde muito cedo através da convivência familiar, religiosa, escolar, comunitária e da mídia. Tecnologias culturais sutis determinam o que se espera de homens e mulheres. Frequentemente, quando as pessoas não correspondem a tais expectativas sofrem diferentes tipos de violência: discriminação, intimidação, rejeição e até mesmo a morte.

Gênero é um aspecto definidor de expectativas e oportunidades sociais.

Mesmo antes do nascimento, já são criadas expectativas sobre os meninos e as meninas e durante toda a infância e adolescência eles e elas engajam-se em práticas culturais que tentam fixar suas identidades de gênero.

Identidade de Gênero é a representação que a pessoa tem de si como sendo do gênero masculino ou feminino. Pode também ter a percepção de uma combinação dos dois gêneros, independentemente do sexo biológico. A identidade diz respeito a como a pessoa descreve a si mesma e como ela gostaria de ser reconhecida.

Ensina-se, normalmente, que meninos devem ser fortes, agressivos, praticar esportes competitivos, não podem chorar. Brinquedos ditos masculinos incluem super-heróis, armas, soldados, robôs. Na escola, são incentivados a se interessarem pelas áreas exatas e por tecnologias.

Por outro lado, às meninas são destinadas as bonecas, os eletrodomésticos de brinquedo e produtos que dizem respeito à beleza (maquiagem, bijuterias, artigos para cuidado dos cabelos). Sobre suas futuras profissões, são sempre incentivadas a seguir carreiras que envolvam o cuidado com outras pessoas: magistério, saúde e assistência social.

Uma classificação importante, mas limitada, como qualquer sistema de nomenclatura, é a que explica as diferentes identidades de gênero:

- **Transexual:** pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo biológico e que pode manifestar a necessidade de realizar modificações corporais por meio de terapias hormonais e/ou intervenções cirúrgicas, com o intuito de aproximar suas características biológicas (genitais, musculatura, quantidade de pelos corporais) à sua identidade de gênero.
- **Travesti:** pessoa que nasce com sexo masculino e tem identidade de gênero feminina, assumindo papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade.

Um dos principais desafios para as travestis é terminar a educação básica, porque a escola consiste num dos principais espaços de exclusão social destas pessoas. Sem escolaridade, fica muito difícil conseguir emprego e muitas vezes a única alternativa para o sustento é a prostituição.

- **Crossdresser:** Pessoa que se veste com roupas de um gênero diferente do seu para vivenciar momentaneamente papéis atribuídos àquela identidade de gênero. Em geral, não realiza modificações corporais e não desenvolve identidade transexual ou travesti.
- **Drag Queen ou Transformista:** Homem que se veste com roupas femininas extravagantes para a apresentação em shows e eventos, de forma artística, performática.
- **Drag King:** Mulher que se veste com roupas masculinas com objetivos artísticos, performáticos.
- **Transgênero:** pessoa que transita entre os gêneros (travestis, transexuais, crossdressers, drag queens, drag king).
- **Cisgênero:** Pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo biológico.
- **Intessexual:** pessoa que nasce com ambiguidade de caracteres sexuais (cromossomos e/ou gônadas e/ou órgãos genitais) que dificulta a identificação do sexo.

Nos livros, revistas, filmes e materiais infantis, os heróis e provedores em sua maioria são homens. As mulheres constantemente são representadas como princesas ou como mães, cuidando de crianças e de atividades domésticas. Críticas a esta cultura de consumo são recorrentes entre militantes de movimentos sociais feministas e LGBTI e têm sido tema de pesquisas acadêmicas no Brasil e no exterior nos últimos anos. Aos poucos, algumas editoras, organizações não governamentais e microempresas têm investido na produção e distribuição no mercado de produtos alternativos, comprometidos com uma perspectiva de equidade de gêneros.

Quadro 1 Exemplos de brinquedos infantis



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas relações de trabalho também podemos identificar os sinais das desigualdades de gênero. As sociedades ocidentais contemporâneas se constituíram fundamentadas no patriarcado, mas, nas últimas décadas passaram por mudanças estruturantes de novos arranjos sociais.

O patriarcado fundamenta-se na supremacia do homem nas relações sociais – familiares, de trabalho, políticas. Cabe ao patriarca o poder de decisão de forma inquestionável no seio da sociedade.

A partir dos anos 1960, principalmente sob a influência dos movimentos feministas, o patriarcado enfraqueceu. Alterações significativas nos arranjos familiares e nas relações de trabalho também foram percebidas, influenciadas por fatores como: o reconhecimento dos direitos civis das mulheres, o advento do divórcio, o retardo da idade de casamento, o desenvolvimento de métodos de controle da natalidade, o desenvolvimento tecnológico e a inserção da mulher na vida pública.

As mulheres passaram a participar mais ativamente de práticas econômicas, políticas e educacionais, contribuindo para a disseminação de valores de equidade nas relações de gênero. No entanto, as marcas de generificação do trabalho ainda são evidentes.

A concentração de mulheres é bem maior em setores ligados ao cuidado. A maioria das profissões onde há predominância feminina são pouco valorizadas socialmente. As mulheres negras ainda têm pouco acesso à educação e, geralmente, desenvolvem atividades ligadas às áreas de baixo status social.

Pesquisas sobre as mulheres no mercado de trabalho brasileiro:

- De acordo com o Censo (IBGE, 2010), dos 190 milhões de brasileiros, 97.348.809 são mulheres.
- No Brasil há 49.162.000 mulheres negras e 49.037.000 mulheres não negras (DIEESE, 2009).
- Em 2007, as mulheres brancas e mulheres negras recebiam rendimentos correspondentes, respectivamente, a 79,8% e 48,7% dos rendimentos dos homens brancos (PNAD, 2007) e, em 2009, o rendimento médio mensal real de trabalho das mulheres (R\$ 786,00) representou 67,1% do recebido pelos homens (R\$ 1.171,00) (PNAD, 2009).
- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2009), revelou que, além da jornada no mercado de trabalho, 90% das mulheres trabalhadoras realizam tarefas domésticas. Entre os homens, a proporção é de 49,7%.

Esta conversa sobre gênero não pode terminar sem falarmos na relação entre gênero e sexualidade. Culturalmente, estabeleceu-se a ideia de que há uma correspondência entre sexo, gênero e desejo.

Convencionalmente, ensina-se a quem possui características biológicas de macho (genótipo XY, pênis, testículos, testosterona) a identidade de gênero masculina (geralmente ligada a atributos de agressividade, força, competitividade, racionalidade) e espera-se que esta pessoa sinta desejo sexual por mulheres.

Semelhantemente, ensina-se a quem possui características biológicas de fêmea (genótipo XX, vagina, ovário, útero, estrógeno) a identidade de gênero feminina (normalmente associada à ideia de delicadeza, fragilidade, cooperativismo e emotividade) e espera-se que esta pessoa sinta desejo sexual por homens.

Gênero e sexualidade, no entanto, são construtos complexos, que se desenvolvem numa rede inesgotável de regulação biológica, social e cultural que envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, prazer, desejo.

Os seres humanos são sujeitos de desejo, buscam prazer em muitas fontes externas: em viagens, filmes, comida, passeios com colegas, no amor e na relação sexual.

O desejo ou atração sexual por outras pessoas é chamado de orientação sexual.

Didaticamente, fala-se em três tipos de orientação sexual:

- Heterossexualidade: quando uma pessoa sente desejo ou atração sexual por pessoas do gênero oposto.
- Homossexualidade: quando uma pessoa sente desejo ou atração sexual por pessoas do mesmo gênero.
- Bissexualidade: quando uma pessoa sente atração por pessoas de ambos os gêneros.

Esta classificação ajuda na compreensão do tema, mas não é suficiente para abranger o campo do desejo sexual humano. Há infinitas formas de desejar e se relacionar sexualmente entre heterossexuais, homossexuais e bissexuais, impossíveis de serem definidas por nomenclaturas. Hoje falamos em heterossexualidades, homossexualidades e bissexualidades.

Porém, é muito importante ressaltar que a nossa sociedade é fortemente heterossexista.

Heterossexismo é um conjunto de ações e ideias que privilegiam a heterossexualidade em detrimento de outra orientação sexual.

O heterossexismo é um sistema político que envolve um processo de convencimento cultural através de intervenções familiares, médicas, jurídicas, religiosas e educacionais sobre a normatividade e superioridade da heterossexualidade. Há vários meios de convencimento e de reiteração da heterossexualidade: contos de fada, telenovelas, filmes, propaganda, canções populares, cerimônias nupciais, leis, doutrinas religiosas, livros didáticos, etc. A cultura heterossexista é um dos principais fatores responsáveis pela homofobia na sociedade.

Homofobia consiste em medo irracional, desprezo e/ou preconceito em relação a pessoas homossexuais, bissexuais e/ou transgêneras.

De acordo com a Secretaria de Direitos Humanos (Brasil, 2012), a cada dia, durante o ano de 2012, 13 pessoas foram vítimas de violência homofóbica no Brasil. Casos de violência psicológica foram os mais reportados (83,2%), seguidos de discriminação (74,01%) e violência física (2,68%). Destaca-se significativo percentual de negligências (5,7%), violências sexuais (4,18%) e violências institucionais (2,39%).

Um dos principais desafios, portanto, para aquelas e aqueles que desejam uma sociedade fundamentada nos princípios da equidade de gênero e da justiça social é desenvolver mecanismos para desconstruir a cultura heterossexista.

Este caminho começa em cada uma/um de nós. Com o exercício do questionamento, aprendendo a estranhar o que é tido e dito como normal.

A construção do gênero e da sexualidade é um processo complexo, multideterminado, que acontece ao longo de toda a vida. Nenhuma instituição ou contexto social tem o poder de decidir sobre os corpos e as identidades das pessoas. Qualquer tentativa neste sentido é ingênua e, ao mesmo tempo, perversa.

Um convite à reflexão pessoal e institucional

- 1 Quais os principais desafios que precisamos assumir para auxiliar numa construção de uma sociedade com equidade de gênero?
- 2 Por que as pessoas lésbicas, gays, travestis e transexuais enfrentam discriminação? Como mudar essa situação? Como você pode ajudar nessa mudança?
- 3 O que podemos fazer como comunidade de fé para superar as discriminações de gênero?

Referências

BORRILLO, D. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BORTOLINI, A. *Diversidade sexual na escola*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

BRASIL. *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012*. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2012.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, v. 19, n. 2 (56), maio/ago. 2008.

MISKOLCI, R. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

OLIVEIRA, A. L. A. R. M.; OLIVEIRA, A. M.; MIRANDA, M. H. G. Os estudos sobre gênero e diversidade sexual e as proposições da pedagogia queer para constituição de contextos escolares emancipatórios. *Educação em Questão*, v. 44, n. 30, p. 110-138, set./dez. 2012.

SÃO PAULO. Governo do Estado. *Diversidade sexual e cidadania LGBT*. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. Diversidade sexual e cidadania LGBT. São Paulo: SJDC/SP, 2014.

SMIGAY, K. E. V. Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 8, n. 11, p. 32-46, jun. 2002.

GÊNERO E BÍBLIA

Ana Claudia Figueroa¹

Sou cristã de nascimento. Fui batizada, crismada e fiz primeira comunhão na tradição católica romana, segundo valores e responsabilidades de minha mãe, pai, avós. Aos dezesseis anos decidi ser metodista. Fiz confissão de fé, toda minha juventude eu frequentava assiduamente a escola dominical e cantava no coral todo domingo nos cultos à noite. Lia toda a Bíblia anualmente naquela época.

Me vocacionei para o pastorado aos dezoito e fiz teologia aos vinte anos. Com vinte e cinco anos defendi minha dissertação de mestrado em Bíblia e já era professora no seminário regional. Lia a Bíblia com a metodologia de leitura popular, aprendida nos caminhos de partilha possibilitada pelas experiências do CEBI – Centro Ecumênico de Leitura Bíblica.

Os trechos da Bíblia naquela época já não eram tão sincrônicos como ler de três a cinco capítulos por dia, como nos tempos de leitura anual da Bíblia. Às vezes uns poucos versículos me empacavam a leitura por meses. Abordagens diversas me faziam ruminar o texto na tradução, na forma, no gênero literário, nas possibilidades de interpretação, nas sinônimas da leitura por analogias potenciais que a vida das comunidades evocava quando liam o texto.

Toda esta vivência com o texto bíblico me fez aprender alguns parâmetros que estão na nossa experiência na comunidade cristã, quando realizamos o que se convencionou chamar de leitura orante do texto bíblico. Nós não lemos o texto somente para compreendê-lo, mas sempre com uma pergunta latente por trás: o que Deus quer para minha vida neste ensinamento? É por isto que chamamos o texto bíblico de palavra de Deus. Deus tem uma palavra para cada um de nós quando nos aproximamos do texto bíblico como cristãos e cristãs.

A experiência mais impactante na leitura bíblica em minha vida no século passado (década de 1990) veio da época em que me envolvi com a teologia feminista. Naquela época debatíamos se a teologia era a partir da mulher, se era teologia feita por mulheres, do movimento de mulheres, ou se era uma teologia feminista, com os paradigmas da luta das mulheres no debate sobre sociedade, cultura, poder e ordenamentos sociais.

¹ Teóloga Queer, biblista, mestre em Ciências da Religião, doutora em Teologia e História, pós-doutoranda em Comunicação e Formação. E-mail: wahno@hotmail.com.

Naquele momento as mulheres já haviam conquistado o direito ao pastorado em algumas igrejas evangélicas. Católicas leigas e freiras já ocupavam lugar de destaque na produção teológica nos redutos formais da Igreja Católica Romana. Tem muita literatura teológica e bíblica disponível hoje que reflete os conteúdos que debatíamos naquela época. A produção teológica foi muito vasta naquele período e a partir dele, utilizando os desafios que se colocaram desde então. A leitura bíblica vai sofrer forte influência deste processo e a releitura de textos bíblicos foram acompanhados de agregados qualitativos, tipo “na ótica das mulheres”, “a partir das mulheres”, “feminista”.

Há um certo consenso hoje em abordar a produção teológica feminista e de mulheres dentro da expressão Teologia e Gênero. Alguns elementos trespassam esta produção e ainda hoje é cenário de pesquisa e enunciados quando se trata de pensamento teológico em diálogo com a vida e com outras produções de conhecimento. Estes elementos são como chaves de leituras, luzes que auxiliam na aproximação de leitura do texto bíblico e de sua hermenêutica.

Da natureza

Em geral hoje a expressão “é natural” tem um significado implícito de “não pode ser diferente” ou “este é o jeito certo”. O inadequado uso da palavra natureza para atribuir valores de matriz cultural é um dos principais entraves para a leitura da Bíblia desde a perspectiva de gênero. O cerne da discussão está na própria invenção da ciência. A natureza das coisas não satisfaz o humano, por isto inventamos a cultura. Alteramos a natureza, moldamos ela aos nossos desejos, às nossas necessidades. Inventamos tecnologias para que isto seja possível. A gente determina o destino da nossa sociedade como consequência desse mover-se na natureza, alterando a natureza, preferencialmente a nosso favor, mas nem sempre a nosso favor como seres humanos.

A teoria de gênero é uma abordagem de caráter metodológico investigativo, amplamente utilizada em diferentes áreas do conhecimento na ciência e que, sim, afirma que a constituição biológica do ser humano não é argumento suficiente para explicar e auxiliar na compreensão de sua destinação social.

As pesquisas apontam que a naturalização da identidade social das pessoas a partir de uma identidade biológica foi culturalmente construída para dominação de umas pessoas sobre as outras e para homologar e chancelar uma destinação histórica. Foi a naturalização do humano em categoria biologicamente determinada como inferior que propiciou todas as formas de escravidão que conhecemos na história da humanidade.

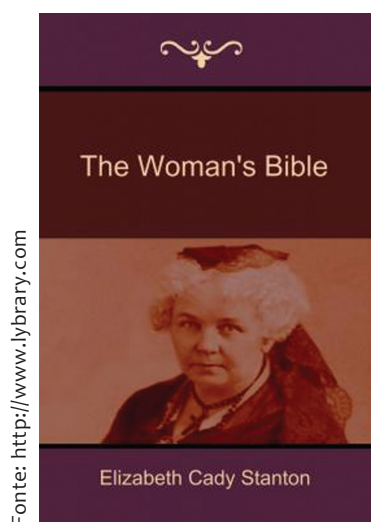
A naturalização da inferioridade das mulheres permitiu os diferentes mecanismos na história não só de domínio econômico, de submissão física, mas de coerção e violência e de isolamento das mulheres dos direitos mínimos que se possa reconhecer a um indivíduo, tais como direito de herança, de propriedade, de votar e ser votada.

Naturalizar a identidade da mulher ao longo da história de várias civilizações, e toda matriz ocidental cristã, chancelou uma longa constituição cultural de inferioridade das mulheres.

Foi com a superação da hegemonia do pensamento religioso, desde o século XVII, com a ascensão do pensamento investigativo que origina a ciência como a manuseamos hoje, que foi possível se colocar em pauta o papel das mulheres na sociedade e o estatuto igualitário das mulheres em direitos (não em constituição biológica).

Da explicitação do binário homem e mulher

Historicamente no cristianismo o ensino bíblico pregava a submissão da mulher ao homem. A apropriação do estatuto feminino para alterar esta interpretação remonta ao século XIX. Na Convenção Americana para os Direitos da Mulher, realizada em Filadélfia em 1854 nasceu um projeto de leitura e interpretação da Bíblia por mulheres. Este projeto resultou na publicação da *A Bíblia da Mulher* (1895-1898), coordenado por Elisabeth Cady Stanton e as suas colaboradoras. Nesta publicação já é possível perceber os pressupostos vigentes ainda hoje, pois a necessária obra de revisão da interpretação bíblica tradicional pressupõe que: (a) a Bíblia é usada como arma política contra a emancipação das mulheres: a Bíblia é um livro político; (b) este uso contra as mulheres pode encontrar uma justificação no fato de que a própria Bíblia é um livro patriarcal.



O lugar clássico da interpretação patriarcal é Gênesis 2-3, enquanto o texto da fonte sacerdotal de Gênesis 1 reza: “homem e mulher os criou” (Gênesis 1:27), o texto da mais antiga fonte javista de Gênesis 2-3 contém o relato de Adão e Eva, segundo o qual a mulher é criada em segundo lugar (Gênesis 2:18), formada por uma costela de Adão (Gênesis 2:22) e é a primeira a pecar, levando o próprio Adão ao pecado (Gênesis 3:12-13).

Esta subalternidade feminina também é reforçada e muito utilizada na cristandade, considerando as cartas paulinas, que argumentam em várias ocasiões a inferioridade e submissão feminina (I Coríntios 11:1-16; 14:34-35; Efésios 5:21-33; I Timóteo 2:9-15) a partir do relato das origens em Gênesis 2-3.

A teologia feminista distingue entre valor teológico e o modo da anunciação que é historicamente condicionado. Letty Russell, Rosemary Radford Ruether e Phyllis Trible foram teólogas biblistas pioneiras em estabelecer distinções fundamentais para leitura do texto bíblico: (a) Escritura, veículo de tradições históricas é um escrito historicamente condicionado; (b) a leitura da Bíblia utilizável para o feminismo na Bíblia não são particulares afirmações sobre a libertação das mulheres, mas antes o modelo crítico do pensamento profético; (c) distinção entre fé bíblica e religião bíblica, explicitando a presença de um princípio despatriarcalizante em ação na Bíblia.

É, no entanto, Elisabeth Schussler Fiorenza, em seu estudo *In memory of her* (1983, traduzido em português como *As origens cristãs a partir da mulher*, em 1992) que vai propor o modelo interpretativo, que entende o texto não como mensagem, mas como uma hermenêutica crítica feminista, que parte de textos patriarcais para chegar aos seus contextos históricos e sociais em vista de uma reconstrução teológica feminista das origens cristãs. No início do cris-

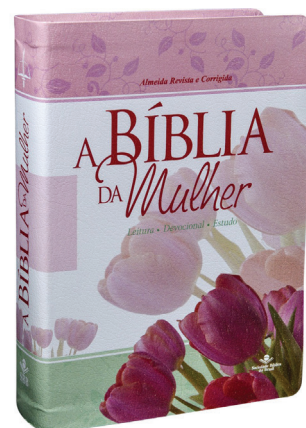


Fonte: [http://stjamesanglican.chebueto.org/Chapel.htm#Ruth and Naomi](http://stjamesanglican.chebueto.org/Chapel.htm#Ruth%20and%20Naomi)

tianismo, Fiorenza identificou dois movimentos: o movimento de renovação iniciado por Jesus na Palestina em ambiente judaico e o movimento messiânico cristão primitivo iniciado antes de Paulo em ambiente helenista, tendo como centro a cosmopolita Antioquia. Ambos chamavam a um discipulado de iguais e reuniam comunidades de iguais, comunidades inclusivas, onde eram até privilegiados os excluídos da sociedade (mulheres inclusive): eram os movimentos igualitários. No movimento missionário cristão primitivo também as mulheres desempenhavam um papel de missionárias e de guias das comunidades, como aparece em Romanos 16.1-16, onde Febe é chamada diákonos; Prisca, synergós (colaboradora); e Júnias, apóstolos.

Assim, prevalece ainda hoje uma proposição de hermenêutica bíblica feminista com um trabalho múltiplo, que exige se dê atenção aos textos patriarcais, onde o influxo patriarcal chega até ao conteúdo das afirmações teológicas, da interpretação patriarcal dos textos dada pela tradição eclesial e da história da transmissão do texto e das suas traduções.

A leitura feminista entende a Bíblia como um texto muito antigo, que reflete culturas, costumes, épocas, relações, línguas e gramáticas diferentes. Os textos são patriarcais e leituras patriarcais da Bíblia se acumularam por séculos. Assim, a leitura da Bíblia assume as relações sociais de gênero como lugar privilegiado da leitura. As teorias de gênero são utilizadas como ferramenta de análise, que permite desvelar as relações que aparecem estruturadas no discurso bíblico.



Fonte: <http://www.sbb.com.br>

Nesta proposta algumas ferramentas são utilizadas para leitura do texto:

- o corpo como categoria hermenêutica: entender o texto como corpo, fruto de relações sociais de gênero; entender o processo de interpretação também a partir das relações concretas dos corpos traz novas luzes para a compreensão do discurso. O corpo como critério hermenêutico oferece alternativas de leituras que querem ser convites para um diálogo e vivência de novas relações entre mulheres e homens;

- a presença dos sujeitos e suas histórias cotidianas no processo de interpretação exige desconstrução e reconstrução da narrativa bíblica: trata-se de desnaturalizar os papéis, as identidades, funções e relações que determinada sociedade atribui a homens e mulheres, entendendo que estas atribuições preestabelecidas precisam ser questionadas: como se dão no texto as relações entre os gêneros? Quais as relações “invisíveis”? Como são construídas as identidades de mulheres e homens? Que atributos recebem? Que estereótipos estão presentes? Quais as condições concretas de vida?;
- reposicionamento do conceito de autoridade bíblica: o texto tem a palavra de Deus mas não é a palavra de Deus porque a palavra de Deus é mais do que o texto escrito, tornando tarefa fundamental reconhecer que na Bíblia os textos não são normativos, mas circunstanciais, trespassados por contextos e pessoas que procuram conhecer a Deus.

A performatividade do sujeito e a abjeção como mecanismo de apagamento

Já desde os fins do século XX, enquanto a leitura bíblica feminista se afirmava muito centrada na explicitação do binarismo sexual, feminino/masculino (para explicitar as condições concretas de vivência das mulheres nestas relações), emergiu no cenário de produção teológica, desde as comunidades de matriz LGBTI, um movimento de leitura bíblica similar focado em compreender as proibições das práticas de sexualidades humanas como parte desta herança histórico social que constituiu a vida e memória do povo da Bíblia. Inicialmente esta abordagem e as hermenêuticas daí derivadas foram nomeadas como teologia gay.

A produção teórica que se propôs a compreender as formatações do sujeito na sociedade, desde o final do século XX e nestes primeiros quinze anos do século XXI, representa um exercício de superação de aproximações sustentadas no binarismo sexual. Duas chaves de leituras do feminismo, que posteriormente será nomeado teoria queer, se constituíram como ferramentas neste sentido.

A primeira chave trata da performatividade do sujeito como a ferramenta social necessária na vivência como mecanismo de repetição e mimese que institui as práticas de sexualidade normativas. A performance não é atuação teatral, onde o ator interpreta seu personagem e retorna ao seu eu nos espaços cotidianos. É sim uma interpretação, um roteiro, não interpretado fora da vida, mas na própria vida, que constitui identidades individuais a partir dos pactos/tabus e normatividade social. Esta normatividade precisaria ser reinventada a partir de processos de desconstrução e reconstrução dos sujeitos em seus cenários sociais.

A segunda chave de leitura é uma proposta de abertura para outras possibilidades que superem a destinação à normalidade de alguns sujeitos da sociedade em abjeção de outros. A abjeção é um apagamento do sujeito, da memória de sua presença na história social. Os estudos queer empreendem o esforço de mapeamento dos cerceamentos da sexualidade humana na perspectiva de entender os mecanismos sociais, políticos e econômicos derivados daí.

Desconstruir o olhar normalizador, desviando os preconceitos que permearam as hermenêuticas bíblicas das diversas tradições cristãs, é uma tarefa que a chamada teologia queer está trazendo para si. Assim, é possível ter acesso a uma consistente produção de literatura sobre a sexualidade e a Bíblia, como o livro *God and Sex*, de Michael Coogan, que elabora uma abordagem arqueológica e histórica dos textos como memória contraditória e pertencente aos elementos socioculturais de época. Também uma literatura que realiza abordagens ao texto bíblico em questões mais específicas como homossexualidade, como o livro *Homoeroticism in the Biblical World*, de Martii Nissinem.

No Brasil, artigos diversos e estudos bíblicos publicados pelo CEBI estão também disponíveis para nós, falantes da língua portuguesa. São trabalhos recentes que podem ser localizados com facilidade nos sites de escolas teológicas ou de pesquisa acadêmica. Sugiro, a modo de exemplo, o trabalho de Ivone Gebara, de Nancy Cardoso Pereira e de André Muskoff.

A leitura bíblica

Por fim, é necessário explicitar que a prática da sexualidade nas sociedades em geral possui suas normas e seus tabus e, em algum momento, estas práticas não foram a favor da qualidade de vida da comunidade e não serviram/auxiliaram nos critérios de cuidado e atenção à saúde e integridade humanas. Este aspecto certamente explica os momentos em que o texto bíblico explicita legislação de castração ou moderamento da sexualidade humana.

Por isto, é necessário avaliar o quão importante é ler a Bíblia com esta abertura, para aproximações de estrutura social e cultural da realidade do texto bíblico como mola propulsora de compreensão, por similaridade, das situações de repressão e liberação sexual que vivemos hoje em dia. E percebermos pelo próprio relato bíblico que as leis se tornam matrizes imutáveis de proteção e paradoxalmente agressão, quando transformadas em cláusulas pétreas no tempo.

No texto bíblico, as características literárias de um trecho, uma narrativa, mesmo um pequeno pedaço de um versículo, é capaz de nos reportar a um tempo, um *locus* preferencial de discurso e norma. Mas a sua leitura deve sempre ser um campo aberto de possibilidades.

Um convite à reflexão pessoal e institucional

- 1 Recorde trechos bíblicos que são utilizados para referendar a normatização da vida. Compartilhe as interpretações mais utilizadas na sua comunidade.
- 2 O movimento de Jesus como discipulado de iguais possibilita compreender o papel das mulheres como protagonistas na vida da comunidade. Recorde passagens bíblicas que apresentam as mulheres como protagonistas da experiência de fé e de igreja.
- 3 A naturalização da inferioridade da mulher é uma realidade na nossa vida social. Recorde textos bíblicos que são utilizados para referendar esta naturalização e proponha leituras alternativas libertárias para estes textos.

Considerando a proposta do texto de ler a Bíblia desde uma perspectiva de gênero, o que Deus quer para nossa vida neste ensinamento?

Referências

CARDOSO PEREIRA, N. *Palavras... se feitas de carne: leitura feminista e crítica dos fundamentalismos*. São Paulo: CDD, 2003.

NOGUEIRA, C.; MARQUES, C.; MAGALHÃES, M. J.; SILVA, S. M. da. *Um olhar sobre os Feminismos – pensar a democracia no mundo da vida*. Porto: Umar, 2003.

REIMER, I. R. *Vida de mulheres na sociedade e na igreja*. Uma exegese feminista dos Atos dos Apóstolos. São Paulo: Paulinas. 1995.

ROSADO NUNES, M. J. F. De mulheres e deuses. In: BUENDÍA, Josefa (Org.). *Palavras de mulheres: juntando os fios da teologia feminista*. Cadernos n. 4, São Paulo: CDD, 2000. p. 7-44.

ROSADO NUNES, M. J. F. O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões. In: QUARTIM de MORAES, M. L. (Org.). *Cadernos PAGU (16): desdobramentos do feminismo*. 2001. p. 79-96.

SEXUALIDADES

Marcel Cesar Julião Pereira¹

As sexualidades são parte do que nos faz humanos. Vem da palavra *sexo*, *seco*, dividido, também relacionada à palavra *seccare*, dividir. É a busca pela relação com a outra pessoa, com aquilo que não sou eu. É mais que o ato sexual, é reconhecer onde eu termino e onde a outra pessoa começa. É o próprio ato de nos reconhecermos como separados(as), divididos(as) de todo o resto:

- Reconheço que minha boca e o seio de minha mãe não são a mesma coisa. Pela minha boca e minha fome, percebo que há outro ser que pode me saciar. Não controlo este ser, mas quando choro, muitas vezes sou atendido, outras não.
- Reconheço que partes do meu corpo, como meu “cocô”, se separam de mim e têm um grande efeito nas pessoas ao meu redor, que também não são eu.
- Reconheço que meu corpo é diferente dos outros corpos, alguns são parecidos, outros mais diferentes.

Desde os primeiros dias de vida estamos fazendo sexo, divisões, reconhecendo as diferenças e experimentando com elas. Apenas separando e definindo o que é a outra pessoa eu posso buscar um reencontro, uma reunião com aquilo que um dia acreditei ser parte minha. Essas experiências de união e separação passam pelo nosso choro, pelas nossas birras, pelo xixi na cama, pelas brigas, pelos abraços, e mais tarde culminam em nossa capacidade de amar.

Os estudos sobre as sexualidades

Mesmo os registros mais antigos da humanidade fazem referências ao ato sexual. Também falamos de sexo há muito tempo, porém, a forma como hoje sistematizamos o estudo sobre “sexo” e sobre “a” sexualidade no mundo ocidental, data apenas do século

¹ Psicólogo, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, membro da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Paraná. Leigo da Diocese Anglicana de Curitiba da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E-mail: info@marcelcesar.com.

XIX (Gagnon e Parker, 1995). A medicina daquele século normatizava e categorizava os “impulsos” sexuais e tentava entender a luz das “ciências naturais” questões até então discutidas apenas no âmbito moral-religioso ou nas alcovas. Neste período um pesquisador se destacou e tornou-se o pensador de maior influência no século XX, Sigmund Freud. Na sociedade cada vez mais “científica” do século XIX, um fenômeno intrigava médicos e psicólogos. Muitas mulheres da respeitada sociedade europeia eram acometidas de desmaios, sem uma explicação clínica para os mesmos. Estes desmaios pareciam estar associados aos “nervos” e outros sintomas. Dizia-se que este quadro acometia principalmente as mulheres e por isso foi chamado de histeria, palavra que faz referência ao útero.

Encontrar um tratamento na medicina da época era um desafio, pois os desmaios e outros sintomas associados eram genuínos, porém a falta de uma explicação fisiológica era um paradoxo. Freud era um neurologista que se dedicou a este estudo e logo percebeu uma ligação entre os desmaios e a psique das pessoas acometidas, mais especificamente a aspectos da vida sexual das mesmas.

Não demorou muito para que as mais diversas teorias surgissem não só para sexualidade humana como também teorias gerais da personalidade. Algo em comum e ao mesmo tempo divergente entre estas teorias é sua relação e ênfase dada a duas categorias de fatores:

- **Determinantes Genéticos** •

Nossos genes, determinando tanto nossas características gerais e comuns a toda espécie quanto aquelas que nos diferenciam enquanto indivíduos, uma vez que nossa composição genética será única, dada raríssimas exceções;

- **Fatores Ambientais** •

Nossas experiências individuais, família, cultura, amigos, grupo, classe social, momento histórico...

Mas o que isso tem haver com nossa discussão sobre gênero e sexo? Tudo! Quando acompanhamos as acaloradas discussões na TV, redes sociais, Supremo Tribunal, Congresso, Igreja, tudo parece girar em torno da pergunta simplista: “*As pessoas nascem ou se tornam homossexuais?*”

Para podermos reformular melhor esta pergunta, precisamos entender um pouco melhor como as diferentes teorias olham para o ser humano.

As **teorias psicodinâmicas** afirmam que a conduta de uma pessoa é resultado de forças psicológicas que atuam dentro do indivíduo, normalmente fora da consciência. A psicanálise de Freud é uma das muitas teorias psicodinâmicas. Para ele o **desenvolvimento psicosssexual** segue um roteiro e apresenta padrões, ou estágios, que se repetem em todas as pessoas, e a conclusão bem sucedida destes estágios está ligada a formação de um indivíduo psicologicamente saudável. Outro nome muito conhecido é Carl Jung, que introduziu conceitos muito interessantes. Ele falava em arquétipos, padrões predeterminados e comuns a qualquer cultura que permeiam a construção do ser humano. Jung também apontou que, estruturalmente, no homem haveria o princípio feminino, a *anima*, da mesma forma que na mulher haveria o princípio masculino, o *animus* (Nicolau, s.d.).

Já as **teorias da aprendizagem** vão dar ênfase à relação dos fatores externos com o comportamento do indivíduo. Seríamos resultado de nossas histórias, com pouco espaço para o controle exercido por fatores internos, como instintos ou vontade. Uma destas teorias é o Behaviorismo, ou Comportamentalismo. O comportamento teria: bases herdadas, ou filogenéticas; bases nas contingências de reforçamento, ou ontogenética; e bases culturais. Apesar de não negar a base herdada ou a cultura de um grupo, a ênfase de análise se dá nas relações aprendidas na história individual. Watson, autor do manifesto comportamental, enfrentou o sistema educacional dos Estados Unidos, que defendia a segregação de negros e brancos, uma vez que os negros seriam biologicamente incapazes de aprender tanto quanto os brancos. Para Watson, independente do *background* genético, dadas as condições ideais, todas as pessoas carregavam em si o potencial para serem médicos, políticos, advogados, ladrões, assassinos ou até mesmo presidentes dos Estados Unidos (Watson, 1930).

Quando estas duas visões falam de fatores internos, não estão falando necessariamente de nosso biológico, mas lidam de maneiras diferentes com os determinantes. A questão “nascemos ou nos tornamos” se apropria de diferentes nuances a luz de cada teoria.

O que diz a biologia

A genética corrobora com o conceito de uma sexualidade construída em cada indivíduo ainda muito cedo a partir da interação de “impulsos” biológicos com o meio ao seu redor. Estes padrões, uma vez construídos, são “gravados”, sendo determinantes de nossas interações futuras.

O que somos enquanto espécie é resultado da seleção de características que nos garantiram, em dados momentos, vantagens reprodutivas e de sobrevivência distribuídas ao longo de várias possibilidades. A diversidade de características em uma espécie por si só já é uma vantagem evolutiva. Uma espécie, em que seus indivíduos sejam cópias uns dos outros, poderá ter falta de variedade suficiente frente a um mundo que se transforma e demanda respostas diferentes o tempo todo.

A história evolutiva dos seres humanos nos trouxe a um lugar singular. Nosso **sistema nervoso** se desenvolveu evolutivamente em três estágios diferentes, respondendo a pressões evolutivas diferentes, ao longo da história da espécie. Por outro lado, estes “três cérebros” ainda convivem em cada um de nós, sendo responsáveis por funções distintas, mas que ao mesmo tempo se sobrepõe (SoberanaMente, s.d.).

Entre as primeiras estruturas do sistema nervoso a se desenvolver, tanto evolutivamente como no embrião em si, é o que podemos chamar de **cérebro primitivo**. Possuímos um eficiente aparelho nervoso autônomo, muito complexo, capaz de manter nosso corpo funcionando sem que precisemos pensar nisso. Temos um grande “banco de dados” pré-programado sobre como funcionar e uma série de instintos que, como em outras espécies, facilitam nossa sobrevivência.

Por outro lado, nosso **neocortex**, toda aquela massa enrugada que vemos nas ilustrações de um cérebro, é a parte dedicada às funções mais complexas, que dependem de nossa aprendizagem e memória, é o cérebro que aprende. Ao contrário de muitas espécies, a parte responsável pela aprendizagem é maior que a parte autônoma, cerca de 76% do volume cerebral (Rakic, 2010). Aqui já podemos perceber um conflito entre uma estrutura muito antiga, mas essencial à sobrevivência, e outra mais recente em termos evolutivos, ocupando anatomicamente um volume superior à outra.

Mediando nossas funções autônomas e aprendidas encontra-se o **sistema límbico**, ou o cérebro emocional. Diante de um estímulo, de uma nova situação, temos uma resposta bastante primitiva, originada nos padrões gravados em nosso cérebro primitivo, porém os resultados desta resposta são registrados e associados às sensações causadas por estes resultados. O cérebro primitivo e o cérebro que aprende interagem, utilizando-se destes marcadores emocionais, para construir um novo padrão de respostas modificado pelas consequências das mesmas. Na prática isso significa que apesar de termos alguns “instintos” pré-definidos, estes servem apenas de base para os padrões de comportamento que serão aprendidos, são como tintas utilizadas na pintura de um quadro único.

Então, “nascemos ou aprendemos”?

A questão como vimos não é tão simples. Nascemos com a possibilidade, com a probabilidade, com o potencial, porém construímos os comportamentos que derivam de toda essa interação biológico-ambiental, compreendendo o “ambiente” tanto nossas histórias individuais, quanto nossas histórias coletivas, gravadas na cultura e sociedade.

O relatório Kinsey

Na década de 1950, os estudos sobre a sexualidade humana deram outro grande salto. Um pesquisador chamado Alfred Kinsey publicou dois estudos, um sobre a sexualidade masculina e outro sobre a sexualidade feminina, respectivamente publicados em 1948 e 1953, que colocaram em cheque a certeza de que havia uma sexualidade “normal” ou padrão.

Seus estudos tinham como objetivo descrever variações individuais e de grupo no comportamento sexual humano (The Kinsey Institute, 1996-2015). Por meio de entrevistas conduzidas com 5.300 representantes do sexo masculino e 5.940 do sexo feminino, ele buscou quantificar as diferentes formas com as quais estes indivíduos chegavam ao orgasmo. Há muita controvérsia quanto à metodologia adotada e a precisão dos dados obtidos, mas uma coisa era certa: ao contrário do que se imaginava, as manifestações da sexualidade humana eram muito mais variadas do que o tradicional “papai e mamãe” e o *american way* era muito mais colorido do que uma simples questão entre nascido hétero ou homossexual.

Os dados encontrados não se encaixavam no binômio heteronormativo que divide as pessoas simplesmente entre heterossexuais e homossexuais. A primeira conclusão foi de que, na verdade, havia um gradiente das experiências sexuais. Para resolver esta questão, Kinsey, junto a outros pesquisadores, desenvolveu uma escala de classificação hétero-homossexual, conhecida popularmente como escala Kinsey.

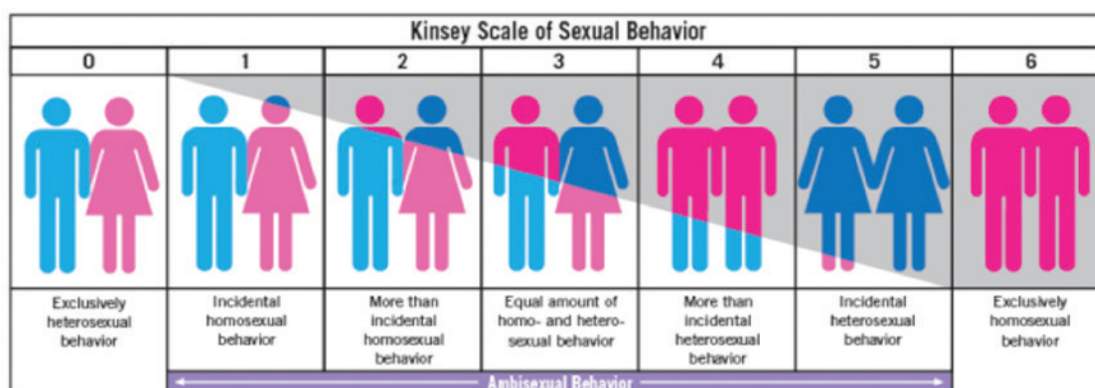
Nela, o comportamento sexual em relação ao gênero do parceiro ou parceira se enquadraria nas seguintes categorias:

- 0 Exclusivamente heterossexual sem experiências homossexuais
- 1 Predominantemente heterossexual com experiências homossexuais eventuais
- 2 Predominantemente heterossexual com experiências homossexuais mais que eventuais

- 3 Igualmente heterossexual e homossexual
- 4 Predominantemente homossexual com experiências heterossexuais mais que eventuais
- 5 Predominantemente homossexual com experiências heterossexuais eventuais
- 6 Exclusivamente homossexual

Uma representação gráfica muito curiosa dessa escala pode ser encontrada facilmente nas redes sociais:

Figura 1 Escala Kinsey



Fonte: <http://www.tuneinnotout.com/wp-content/uploads/2014/10/kinsey-scale.png>

A epidemia de AIDS na década de 1980

Um terceiro momento fundamental nos estudos sobre a sexualidade humana foi a epidemia de AIDS na década de 1980. No pós-guerra foram disseminadas duas tecnologias que removeram barreiras práticas a uma vivência mais intensa da vida sexual. O anticoncepcional e a penicilina resolviam duas questões cruciais, gravidez e doenças. Porém, com o surgimento e rápido avanço da AIDS, houve um “retrocesso” causado pelo medo generalizado da contaminação pelo vírus do HIV. A sociedade e pesquisadores novamente voltaram a se questionar sobre a sexualidade humana e sobre como interagir com o tema, principalmente no que se referiam às comunidades LGBTI, que tinham gays e transexuais como principais vítimas da epidemia.

O vírus era visto como uma praga gay. Porém não tardou a se observar na prática os dados levantados pelo relatório Kinsey. Se a AIDS era comum entre gays e transexuais, como se explicava o crescente número de homens e mulheres heterossexuais contaminados pelo vírus? A AIDS matou muitas pessoas, mas também expôs a hipocrisia da sociedade que se via como exclusivamente heterossexual. Estes dados motivaram novas pesquisas e destacaram a importância de se reavaliar o binário homem e mulher, bem como a forma como abordávamos nosso desejo.

Ampliando nossas categorias

Como vimos nossa discussão sobre se “nascemos ou aprendemos” é muito mais complexa e multifacetada. Uma forma dinâmica e ampla de olharmos as sexualidades humanas é observar as diferentes categorias pelas quais elas podem ser contempladas. Didaticamente podemos dividir em cinco categorias (Costa, 1994). Estas categorias não são absolutas ou cobrem toda a variedade de manifestações possíveis, mas compreendem um amplo espectro e permitem uma visão panorâmica de diversos pontos importantes.

Estas categorias que discutiremos são:

- a Sexo biológico**
- b Identidade de Gênero**
- c Papel de Gênero**
- d Orientação afetivo-sexual**
- e Relações afetivo-sexuais**

Sexo biológico

De volta à biologia!

Aqui todas e todos parecemos respirar aliviados. Finalmente um campo onde as coisas são “preto no branco”, distintas e fáceis de separar. Estamos falando de sexo, homem ou mulher! Sinto muito em desapontar a quem está acompanhando esta leitura, mas nem mesmo aqui as coisas são tão simples.

Primeiramente, vamos utilizar os termos “macho” e “fêmea” para não confundirmos estas distinções com “homem” e “mulher”. Na determinação do sexo biológico de uma nova vida humana há alguns pontos cruciais que levam a um resultado final.

Geneticamente espera-se que uma pessoa carregue suas características gravadas em seus cromossomos. Um par destes cromossomos vai determinar de forma geral se um indivíduo será macho ou fêmea. São os famosos cromossomos X e Y. Um par de XX, fêmea. Um par de XY, macho. O pai e a mãe carregam respectivamente os pares XY e XX, que se separam nas gônadas sexuais destes, ainda muito cedo, formando gametas (óvulos e espermatozoides) carregados com cromossomos X ou Y. As fêmeas produzem apenas gametas com o cromossomo X e os machos gametas com os cromossomos X e Y. Na formação dos gametas, durante a divisão celular, podem ocorrer variações na divisão ou divisões incompletas, resultando em gametas com cromossomos duplicados ou parcialmente separados.

Isto nos leva ao primeiro momento crucial. **Na fecundação** as mais diversas combinações podem ocorrer: XX, XY, XXY, XXX, X-, Y-... É muito provável que combinações diferentes de XX e XY levem a embriões que não chegarão ao fim da gestação, porém alguns se desenvolvem e chegam à vida adulta. Estas combinações variantes resultaram em indivíduos portadores de síndromes como Klinefelter, Triplo-X, XYY, Turner e outras, sendo muitas vezes referidos na literatura médica como “super-fêmeas” ou “super-machos” (O’Neil, 1998-2003).

Após a fecundação, tanto os futuros machos quanto fêmeas carregam duas estruturas, **o ducto de Muller e o ducto de Wolf**, que podem respectivamente desenvolver o aparelho reprodutor masculino ou feminino. Ambos estão presentes no embrião de qualquer sexo e estão conosco por toda nossa vida. Porém, por volta da 7ª semana de gestação o cromossomo Y liberará um hormônio que fará o ducto de Wolf se desenvolver, formando o aparelho reprodutor masculino, e inibirá o crescimento do ducto de Muller.

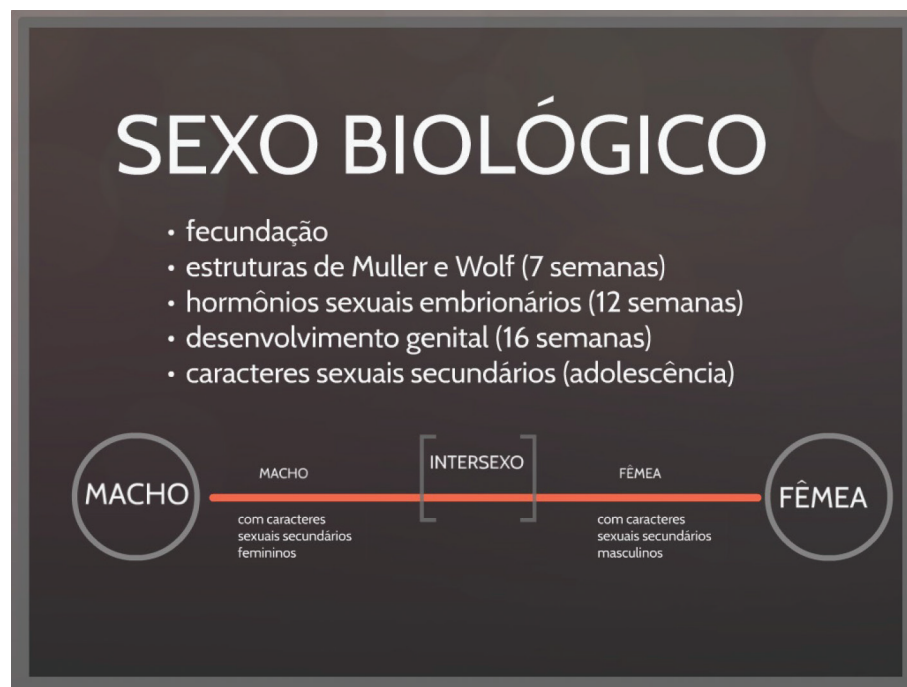
No caso do embrião portador ser apenas de cromossomos X, não haverá atuação deste hormônio, permitindo que o ducto de Muller se desenvolva em um aparelho reprodutor feminino e degenere o ducto de Wolf.

A princípio seríamos todos e todas fêmeas. Caso não haja esta intervenção hormonal do cromossomo Y, tanto embriões portadores dos cromossomos XX quanto XY desenvolverão aparelho reprodutor feminino. Também, se esta atuação ocorrer atrasada, haverá uma formação mista entre as duas estruturas, sendo possível a formação de aparelhos que apresentem características tanto femininas quanto masculinas.

Por volta da 12ª semana, os hormônios produzidos por estas estruturas desenvolverão as características sexuais do embrião, e por volta da 16ª semana começa o desenvolvimento genital, dos órgãos sexuais externos. Qualquer variação nestes dois momentos pode também levar a variações entre o binômio macho e fêmea, algumas perceptíveis, outras muitas vezes encobertas.

Após o nascimento, há outro marcador biológico. Na adolescência, os ovários ou testículos produzirão hormônios que determinarão características sexuais secundárias masculinas ou femininas. Até então machos e fêmeas tinham corpos muito parecidos, diferindo apenas pelos órgãos externos. Aqui começam a surgir diferenças como barba, mamas, textura da pele, padrões de crescimento do cabelo e outras.

Figura 2 Sexo biológico



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em todos estes pontos podem ocorrer variações. O resultado final não é tão simples como macho e fêmea. A atuação dos cromossomos e hormônios pode levar às mais variadas combinações de características tidas como de um macho ou fêmea. Não seria exagero dizer que um macho ou fêmea puros são raros, se é que existem. Em geral, nos encontramos em um gradiente de características sexuais que se localiza entre macho e fêmea, sendo o ponto mediano entre os dois o que chamamos de intersexo.

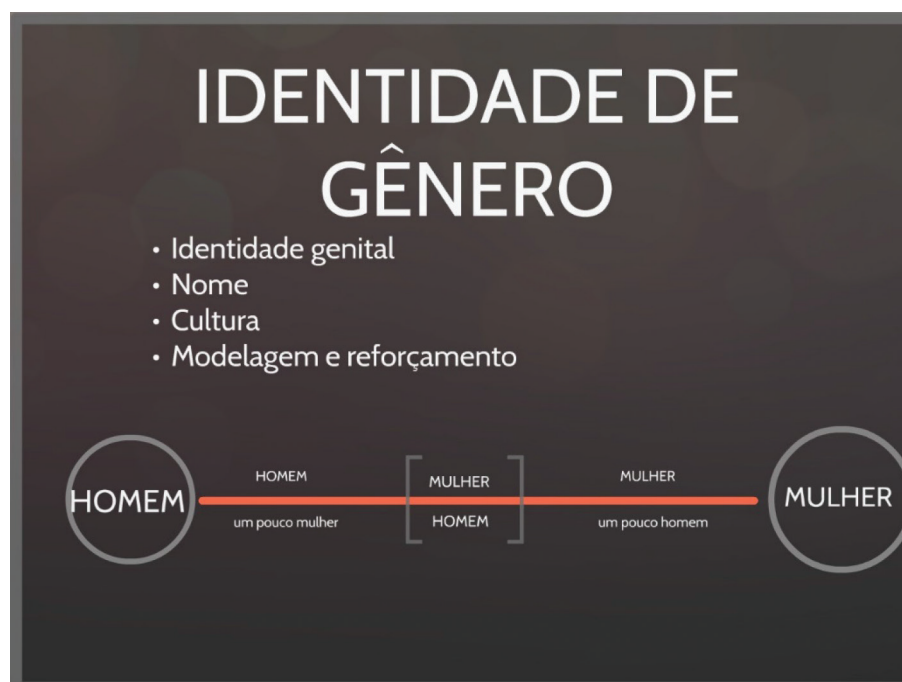
Identidade e papel de gênero

Ao longo da história e em diferentes culturas a definição do que é ser homem ou mulher varia. O que se espera de um homem no Paquistão, para que este seja reconhecido como homem, é diferente do que se espera de um indivíduo em uma ilha remota de Guiné-Bissau. Uma mulher na Grécia Antiga é diferente de uma mulher na Grécia atual. Homem e mulher são um binário construído culturalmente e sujeito a transformações.

Em geral, estes conceitos se construíram ao redor de dois principais agrupamentos baseados em nossas características sexuais externas, da identidade genital que se constrói. Porém como constructos, são fluídos e adaptáveis dependendo da cultura e do momento histórico. Esta categoria, homem e mulher, também são marcados na cultura pelo nome que é dado à criança e pela forma como comportamentos específicos são modelados e reforçados, dependendo da identidade genital que os(as) cuidadores(as) identificam na criança.

O indivíduo então internaliza uma **identidade de gênero**, um conceito sobre si mesmo, que permite se posicionar diante do binômio que lhe é apresentado. Este posicionamento pode ser claramente definido como homem ou mulher ou encontrar-se em algum lugar entre os polos do binômio. Da mesma forma, este posicionamento pode ser concordante com a **identidade genital** que lhe é atribuída, cisgênero, ou discordante, transgênero.

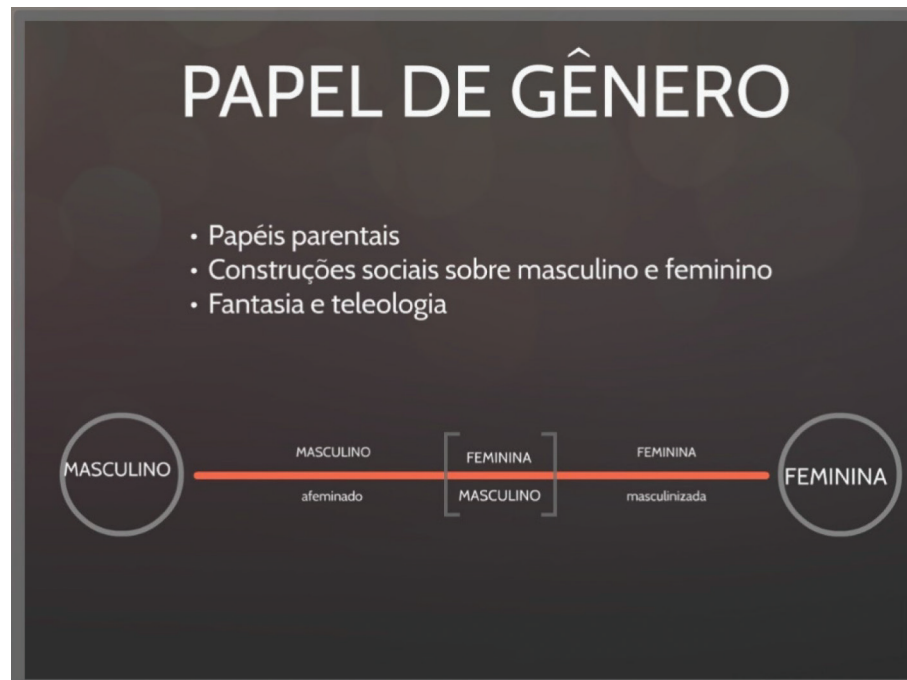
Figura 3 Identidade de gênero



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nem sempre uma pessoa é livre para desempenhar um **papel de gênero** concordante com sua identidade de gênero. A sociedade ocidental atual, por exemplo, costuma favorecer pessoas cisgênero que atuam no papel esperado de sua identidade de gênero. Há uma fantasia teleológica² associada à identidade genetal. Independente de como a criança se vê, logo ela percebe que se espera um desempenho concordante com seu sexo genetal. Se espera que um homem, macho, comporte-se como homem, portanto atuar como homem é facilitado e incentivado. Por outro lado, esta mesma sociedade reprime manifestações discordantes da identidade genetal. Não é desejado que uma mulher, nascida com genitália masculina, se comporte como mulher. É esperado que ela desempenhe um papel de homem, concordante com sua genitália.

Figura 4 Papel de gênero



Fonte: Elaborado pelo autor.

² A teleologia está ligada ao estudo filosófico dos fins, dos objetivos, das finalidades do universo.

Orientação afetivo-sexual e relacionamentos afetivo-sexuais

Algumas pessoas sentem-se atraídas por pessoas do gênero oposto ao que se identificam. Outras pessoas sentem-se atraídas por pessoas identificadas no mesmo gênero. Entre um polo e outro, todas as possibilidades existem. A escala Kinsey considera indivíduos cisgêneros sexualmente ativos ao estabelecer suas categorias, porém desconsidera pessoas transgêneras e pessoas que não se envolvem afetivo-sexualmente com outras.

Acredita-se que biologicamente existam diversos genes associados a características do funcionamento biológico, que sirvam de substrato para favorecer uma ou outra orientação. A probabilidade de um indivíduo encontrar-se no extremo de um dos polos é baixa, o mais provável é que biologicamente estejamos em algum ponto entre os dois. Por outro lado, nossa cultura tende a colocar os indivíduos em posições fixas, rotulando-os como gays, lésbicas, heteros, bissexuais. Outras culturas ou outros momentos históricos podem apresentar outros posicionamentos ou até mesmo uma fluidez nestas posições.

Figura 5 Orientação afetivo-sexual



Fonte: Elaborado pelo autor.

São comuns as experimentações durante a adolescência. Também deve-se levar em conta as situações temporárias que podem levar uma pessoa a envolver-se em relacionamentos diferentes daqueles que seu desejo originalmente se direciona. É comum que homens cisgêneros predominantemente heterossexuais se envolvam em relacionamentos homossexuais com uma maior frequência se segregados em ambientes exclusivamente “masculinos”, como exército ou seminários masculinos. Da mesma forma, pessoas gays e lésbicas podem se envolver em relacionamentos heterossexuais devido a pressões sociais ou ocasionais.

Desafios para hoje

A epidemia de AIDS ainda é um desafio relacionado ao preconceito e falta de informação. Na década de 1980 deu novo fôlego à comunidade LGBTI, que ficou estigmatizada como vetor da epidemia. Por outro lado, fortaleceu os laços dentro da comunidade e fomentou o senso de urgência e importância da articulação desta comunidade na luta por direitos fundamentais, entre eles o acesso à saúde. Com o advento das drogas antirretrovirais, a mortalidade diminuiu nos países com maior acesso a estas drogas. Porém o quadro ainda é alarmante (Organização Mundial da Saúde, 2015):

- 35 milhões de pessoas vivendo com AIDS (dados de 2013);
- No ano de 2013 1,5 milhão de pessoas morreram;
- Desde o começo da epidemia, 78 milhões de pessoas foram contaminadas e 39 milhões morreram em consequência do HIV.

A falta de acesso à medicação e testagem são os principais fatores que dificultam o combate à epidemia, porém, um grande empecilho no combate a AIDS é a estigmatização associada ao vírus e às sexualidades humanas. Por medo do preconceito, muitas pessoas preferem não se testarem, e continuam retransmitindo o vírus enquanto isso. Em muitas comunidades e grupos sociais, a falta de informação sobre sexo seguro leva a práticas ineficientes de prevenção.

Outro desafio é a homo-lesbo-transfobia. Ao contrário das outras formas de violência, como a associada ao tráfico de drogas ou à criminalidade, a violência associada a fatores das sexualidades ocorre nos lugares em que as pessoas normalmente buscam para se sentirem seguras (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), 2013):

- 59% dos suspeitos de violência homofóbica são pessoas próximas às vítimas;
- Cerca de 70% dos casos de violência psicológica estão associados à humilhação ou hostilização; e
- A violência física está presente em 32% das denúncias, enquanto a violência psicológica está presente em 83% das denúncias.

A polícia, que deveria proteger a comunidade LGBTI, por vezes também é fonte de violência e discriminação. Um indício é o fato de que apesar de 51% das vítimas serem transexuais, as denúncias registradas relatam apenas 0,5% de vítimas transexuais. Esta distorção se deve tanto pela descrença, por parte das vítimas, na atuação da polícia, como pela invisibilização desta comunidade, que simplesmente não é descrita nos registros oficiais das denúncias por causa do despreparo da força policial.

O Brasil lidera o ranking de assassinatos por motivos homo-lesbo-transfóbicos.

- 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo (Garcia, Freitas, Silva e Höfelmann, s.d.);
- Foram 326 mortes de pessoas LGBTI em 2014;
- Com 134 assassinatos de travestis, encabeçamos o ranking mundial, com 50% dos assassinatos de transexuais no mundo (Grupo Gay da Bahia, 2015).
- Homens gays são em geral mortos em casa, por armas brancas.
- Travestis e transexuais são assassinadas na rua, por desconhecidos por arma de fogo.

Suicídio entre jovens LGBTI é de seis a quatro vezes mais frequente que no resto da população (The Trevor Project, 2015). Jovens LGBTI de famílias homofóbicas se matam oito vezes mais que do que em famílias indiferentes ou que aceitam a orientação sexual de seus filhos(as). Isso é 32 vezes mais que na população geral.

Um convite à reflexão pessoal e institucional

- 1 Até quando vamos achar normal matar a quem deveríamos proteger?
- 2 O que podemos fazer para mudar esta realidade?
- 3 Como as comunidades de fé podem atuar para diminuir os crescentes índices de violência contra a população LGBTI?
- 4 Como as comunidades de fé podem se tornar espaços seguros de acolhida e respeito para a população LGBTI?

Referências

COSTA, R. P. *Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana*. 1994.

GAGNON, J.; PARKER, R. *Conceiving Sexuality*. 1995.

GARCIA, L.; FREITAS, L. R.; SILVA, G. D.; HÖFELMANN, D. A. *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acesso em: 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA. *Assassinato de Homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014*. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>>. Acesso em: 2015.

HAPER, D. Disponível em: <<http://www.etymonline.com/index.php?term=family>>. Acesso em: 2015.

NICOLAU, P. F. *Outras escolas Psicodinâmicas*. Disponível em: <<http://www.psiquiatriage-ral.com.br/psicoterapia/carl.html>>. Acesso em: 2015.

O'NEIL, D. *Human chromosomal abnormalities: An Introduction to common gross defects of human chromosomes*. (1998-2003). Disponível em: <http://anthro.palomar.edu/abnormal/abnormal_5.htm>. Acesso em: 2015.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. *Global Health Observatory (GHO) data*. 2015.

RAKIC, P. *Evolution of the neocortex: Perspective from developmental biology*. 2010. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC2913577/>>. Acesso em 2015.

SECRETARIA de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). *Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: Ano de 2012*. 2013.

SOBERANAMENTE. *Los tres cerebros*. Disponível em: <<http://soberanamente.com/los-tres-cerebros/>>. Acesso em 2015.

THE KINSEY INSTITUTE. *Data from Alfred Kinsey's studies*. 1996-2015. Disponível em: <<http://www.kinseyinstitute.org/research/ak-data.html>>. Acesso em 2015.

THE TREVOR PROJECT. *Facts about Suicide*. 2015. Disponível em: <<http://www.thetrevor-project.org/pages/facts-about-suicide>>. Acesso em 2015.

WATSON, J. B. *Behaviorism*. 1930.

SEXUALIDADES E BÍBLIA

Ana Claudia Figueroa¹

Existem diferentes possibilidades de aproximação ao texto bíblico quando a temática é sexualidades e Bíblia. No Brasil, vivemos numa sociedade em que está em disputa tanto os ensinamentos bíblicos quanto a temática da sexualidade. Prevalece, nas igrejas cristãs em geral, uma leitura que nomeamos como fundamentalista. Para esta abordagem, a Bíblia funciona como um código civil misturado com código penal, ou seja, é uma base normativa do que pode, do que não pode e do que acontecerá se você errar.

Em geral, uma leitura fundamentalista não está somente nos púlpitos de quem defende uma prática da sexualidade mais proibitiva e delimitada por um código monogâmico ou celibatário, mas também numa leitura bíblica focada na ênfase da reprodução humana, o que na teoria feminista chamamos de patriarcal e heteronormativa.

Também é necessário chamar de fundamentalismo uma recorrente reação ao pressuposto anterior, quando muitos se sustentam numa explicitação das contradições internas e nos relatos bíblicos onde aparecem as sexualidades vivenciadas de forma mais liberal e sem vestígios de condenação.

Nestas duas possibilidades fundamentalistas acima relatadas, a centralidade da leitura bíblica está nos destinos do desejo do corpo e numa expectativa de que na Bíblia há possibilidade de realização de uma transposição linear de regra-vida pétrea, que ensina o certo e o errado no que diz respeito às sexualidades.

Propomos outro manuseio da Bíblia como texto sagrado. É necessário realizar uma leitura que considera as condições concretas da vida, nossa, nos dias atuais, e do povo da Bíblia, principalmente as diversas camadas históricas que constituíram a memória oral e suas diferentes transposições para a es-



Foto: Tatiana Ribeiro.

¹ Teóloga Queer, biblista, mestre em Ciências da Religião, doutora em Teologia e História, pós-doutoranda em Comunicação e Formação. E-mail: wahno@hotmail.com.

crita nos tempos diversos que perpassam a redação do texto bíblico. Esta leitura não se dispõe a ser regra e norma, mas é necessário fazer permanentes perguntas sobre o que estamos aprendendo com estas experiências num movimento circular entre experiência da vida/experiência bíblica.

A Bíblia em pedaços

De largada é necessário assumir que a Bíblia é lida em pedaços, sempre. É um texto muito grande e sempre construímos um filtro quando lemos. Por óbvio, preferimos aqueles pedaços que melhor acomodam dentro de nós nossa expectativa de Deus.

Muitos leem a Bíblia por filtros. Ou é o texto manuseado na escola bíblica dominical, ou no culto, ou nas seleções da caixinha de promessas. Mesmo quem estuda teologia em cursos diversos que possam ser oferecidos conhece a Bíblia por pedaços. Classificamos os pedaços. Antigo

e Novo Testamento. Leis, narrativas históricas, profetismo, sabedoria. Evangelhos, cartas e apocalipsismos. Estes pedaços são intencionais. Porque a Bíblia é um texto muito grande, costura de tecidos textuais sobrepostos em períodos históricos longínquos e manuseados de forma orante por tempos indeterminados.

Ou seja, a leitura bíblica é sempre parcial e intencional. Por isto mesmo, nunca deve ser encarada como normativa e legislativa. É texto de experiências. Como experiência deve ser encarada. Sua sacralidade habita esta chave de leitura.

Para abordar a sexualidade humana no texto bíblico é necessário esclarecer que não estamos falando de práticas de sexo explícito ou implícito, no sentido do encontro dos órgãos íntimos em relação, que envolvem duas ou mais pessoas. O texto bíblico contém expe-



Foto: Tatiana Ribeiro.

riências tão diversas que vamos ter um leque de narrativas com possibilidades imensas. Afetividades entre seres que se gostam fraternalmente, que se encostam corporalmente, que se evitam fisicamente, que se grudam, que se ofendem, que se transliteram, que se obscuram.

Se for escolher o que ler com sua comunidade de fé é necessário primeiro se abrir para este universo que habita os textos bíblicos, realizar um mínimo esforço para compreender histórica e literariamente a passagem pretendida e descolonizar as interpretações possíveis que o texto carrega, considerando a tradição teológica cristã normatizadora.

O mesmo trecho bíblico tem várias possibilidades de interpretação, pois suas intencionalidades dependem de desvelar a situação concreta de vida dos segmentos sociais que constituem os entornos do texto lido. É necessário reconhecer os sujeitos que constituem a narrativa ou o contexto histórico da narrativa. Procurar as autorias que constituem a redação e os sujeitos que estão por trás das narrativas.

Fazendo um exercício de leitura popular da bíblia com um grupo de pessoas oriundas das regiões amazônica, nordestina e centro oeste brasileiras, fomos, para entender o texto, dramatizar a leitura de Levítico 18. Na provocação para o trabalho dos grupos fiz aquela introdução tradicional, que alerta para as várias possibilidades de interpretação dos textos bíblicos e de suas intencionalidades, a depender da situação concreta de vida dos segmentos sociais que constituem os entornos do texto bíblico.

Assim solicitei que cada grupo representasse uma entre quatro possibilidades de leitura do texto. Sugeri aos grupos que, a partir da especificidade social de cada um dos grupos, se imaginassem lendo o texto e pensando numa situação concreta, um ou mais versículos, que apontassem um nome para aquele trecho, e esse nome se transformasse na lei de conduta a ser cumprida. Os grupos foram:

- (a) os Transumantes, que vivem peregrinando pelas montanhas e às vezes desciam aos vales, tinham pastoreio de pequeno porte, moravam em barracas móveis e agrupamentos de pequeno tamanho para suportar as sazonalidades de mobilidade e alimentação do grupo;
- (b) os Cultivadores do entorno da cidade-estado, que viviam às margens da cidade antiga, no lado externo do muro, agricultores das planícies, que viviam da produção e dependiam das relações comerciais com a cidade e com viajantes em trânsito;

(c) Moradores dos Muros da cidade, que viviam da prestação de serviços diversos para quem morava na cidade mas eram marginais ao principal produto de acúmulo de riqueza da cidade-reino; (d) os Poderosos, representantes do clero, da política, da legislatura, donos da riqueza e de seu acúmulo em todos os espaços da cidade-estado, no seu interior e nos entornos territorialmente definidos.

A escolha de Levítico 18 foi proposital. É nesta parte da bíblia que encontramos claramente nomeados os tabus estruturantes da sexualidade humana, pertencentes a uma diversidade incrível de culturas e sociedades em todos os tempos: não pode ter relações sexuais com mãe, pai, tios e tias, parentes próximos e outros tantos. Mas também alguns tabus sexuais não tão consensuais nas diversas culturas humanas, como ter relações com a mulher durante o período menstrual (v. 19) ou a homossexualidade masculina descrita no v. 22: “não deitarás com um homem como se deita com mulher; isto seria abominação”.

Os grupos apresentaram encenações para a plenária, do(s) versículo(s) escolhido(s). Os poderosos representaram uma festa de orgias com comilança e sexo (inclusive homossexual) para falar da prática do casamento entre parentes, da superficialidade das relações e não confiabilidade entre os sujeitos, situações típicas das nobrezas conhecidas e, conseqüentemente, da necessidade de instituição dos versículos 12 e seguintes como regradores necessários. Os moradores do muro representaram as práticas de prostituição nos muros da cidade como forma de abordagem às regras dos versículos 17 a 19. O grupo dos agricultores às margens da cidade, inspirados nos versículos 23 e 24, encenaram a prática de sexo com animais, muito recorrente em ambientes rurais e a associação destas práticas aos ciclos de menstruação e de resguardo das mulheres. Não abordaram esta prática como negação e entenderam que o texto que proíbe a prática quer na realidade domesticar para dominar.

Por fim quero falar do grupo dos Transumantes e sua interpretação. Fizeram uma justaposição da situação dos transumantes com as famílias ribeirinhas, que vendem suas filhas para o tráfico humano e prostituição. Se fixaram no v. 21, onde os filhos são entregues para Moloque/Molek, e a lei como necessidade formal de ações concretas que visem estancar uma prática abominável e de fragilização das identidades sociais do grupo.

Esta experiência (claro que o relato escrito não alcança totalmente o que vivemos ali) explicitou que a prática da sexualidade possui seus tabus porque em algum momento estas práticas não foram a favor da qualidade de vida da comunidade e não serviram/auxiliaram nos critérios de cuidado e atenção à saúde e integridade humanas. Me fez também avaliar o quão simples seria ler a bíblia com esta abertura para aproximações por similaridade das coisas que vivemos. A leitura do texto bíblico não pode estar a serviço das normatizações coercitivas. Deveria mais bem servir de roteiro performativo para ajudar a refletir o presente.

Assim é possível entender como as leis fundamentais da sexualidade no texto bíblico são costuras possíveis visando superações necessárias. Elas não são enunciadas desde situações de equilíbrio que não precisam de debate de ideias para construção de consensos possíveis. Também é necessário perceber a intencionalidade do redator. O cara que transpõe a narrativa da sua experiência vivencial das comunidades para uma narrativa redacional, que se perpetuará no tempo a partir dele, chegando até nós.

As encarnações do verbo

Depois de sonhar com a inundação de Porto Alegre, cidade que vivo, me pus a entender o sonho. Minha terapeuta de muitos anos no passado me disse que sonhar com águas abundantes e você se debatendo com elas é sinal de que você está vivendo um momento de crise intensa e rupturas. Está em agonia e precisa nascer. Como uma criança na barriga da mãe se debate com o líquido amniótico e rompe para fora, é necessário nascer de novo.

Claro, Jesus já havia nos ensinado isso. Quando lemos no evangelho de João (3.15s) os conselhos que deu para o Nicodemus, Jesus já nos alertava que para ver o Reino de Deus é necessário nascer de novo. E mais, “ninguém, a não ser que nasça da água e do Espírito, pode entrar no Reino de Deus” (3.5b, versão TEB). Muita água, diria minha terapeuta.



Foto: Tatiana Ribeiro.

Isto me fez pensar sobre o momento de renascimento que vive minha produção teológica. Confesso, com resistência, mas acho que por um bom tempo minha espiritualidade e capacidade teológica estava mais para igreja de Laodiceia (Apocalipse 3.14ss), aquela que não é quente nem fria, do que para uma igreja de Esmirna (Apocalipse 2.8ss), a que será fiel até a morte. Entro agora, talvez, na fase da igreja de Tiatira (Apocalipse 18ss), aquela que tem suas obras, amor e fé conhecidos, mas que tolera Jezabel, a profetisa que ensina a se prostituir e comer carnes sacrificadas a ídolos. Explico.

Há dois anos comecei a me relacionar mais intensamente com aquilo que atualmente estão nomeando de teologia queer. Comecei a fazer estudo bíblico com comunidades cristãs inclusivas, as que congregam LGBTQs. Também fui convidada para realizar alguns estudos bíblicos em encontros de lideranças anglicanas que estão refletindo sobre possíveis alterações nas práticas e dogmas da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB), considerando a presença de gays e lésbicas nas comunidades de fé. Esta experiência para mim representa hoje um novo nascimento. Para entrar e pertencer a este reino de faunas e floras distintas que tanto ama Deus preciso nascer de novo.

Meu novo nascimento vem acontecendo por conta de alguns tropeços e truncadas em momentos específicos, que compartilho aqui como pauta para reflexão e crescimento na fé. A Igreja de Tiatira me incomoda desde os tempos do mestrado (defendi a dissertação em 1995). Estudei no mestrado a relação das comunidades paulinas presentes nas cartas pastorais com as igrejas do Apocalipse, que representava uma leitura das espiritualidades cristãs, de caráter pastoral, teológica e moralizante, a partir da comunidade nomeada como joanina em fins do primeiro século da era cristã.

Desde meu mestrado me relacionei com Jezabel. Ela não tem boa fama nas leituras tradicionais, nem intra, nem extra, dos textos bíblicos. A narrativa mais conhecida dela é 1 Reis 21, estrangeira casada com rei Acabe, faz atrocidades e enfrentamentos diversos, inclusive com o profeta Elias. Sua



Foto: Tatiana Ribeiro.

morte é narrada em 2 Reis 9:30ss. A coisa é tão séria que o texto bíblico faz questão de anunciar: “os seus restos mortais serão espalhados num terreno em Jezreel, como esterco no campo, de modo que ninguém será capaz de dizer: ‘Esta é Jezabel’ “ (2 Reis 9:37). Surpreendentemente, apesar de não se poder dizer onde é seu túmulo, nomeá-la tornou-se importante nas memórias ancestrais com claros vestígios na Bíblia. Seu nome será sinônimo de falsa profetisa (por que era de outra religião) e de aliada às práticas de insubordinação religiosa. Mas reaparecerá aqui e ali, sempre com força simbólica insurgente.

Ainda no mestrado suspeitei que Jezabel, do enunciado do Apocalipse, são as mulheres que ousaram ser líderes nas igrejas cristãs originárias. Eram profetisas e tinham a palavra. Isto pareceria algo insuportável para os zelos de plantão dos cristãos e cristãs da primeira leva secular. Tensionamento este nunca resolvido nos processos de consolidação da cristandade.

Jezabel é o ponto fraco da igreja de Tiatira, que tem obras, amor e fé (a tríade beata do cristianismo). Minha Jezabel é a minha identidade queer. Esta profetisa prostituída de muitas culturas, quase agnóstica, que obra, ama e tem fé. O escracho das múltiplas identidades sexuais que rondam este mundo, disputa os poderes com os profetas clean das religiões instituídas e instituidoras dos valores consolidados. Alerta, são valores religiosos dispostos a se aliarem às invirtudes da sociedade do consumo e das riquezas nas mãos de poucos.

Fui cooptada pelo colorido arco-íris das lutas LGBTQ. Resisti o quanto pude. Mas minhas obras, meu amor, minha fé, não me permitem excluir Jezabel da mesa do pão partilhado e das necessidades de mudança na eclesiologia que pratico, das inevitáveis vestimentas novas para um dragJesus que a cristologia ainda não inventou, das tempestades ruminantes e derrubadoras de árvores das espiritualidades dos múltiplos gêneros e sexos pousados na pneumatologia que suspira entre nós.

Pois bem, ando abandonando Laodiceia e crossdressing-me. Nos tempos de Laodiceia eu tentei convencer a cristandade do meu entorno que sou legal apesar de gostar de mulher e me casar com uma. Tentei uma teologia não militante para caber nos critérios de cientificidade da teologia que sequer tem estatuto científico no Brasil.

Militei nas pastorais todas que não abordam as multiplicidades de gêneros que habitam nossa sociedade para não parecer que minha pastoral era em defesa de mim mesma. Fui ficando cada vez mais Laodiceia. A situação ficou tão estranha que minhas melhores amizades novas, dos tempos de Laodiceia, são ateus, agnósticos e não cristãos e cristãs em geral. Fiquei na berlinda de abandonar a fé.

Mas como pode uma biblista apaixonada pela trajetória do povo da Bíblia, da vida e missão de Jesus e dos compromissos do amor cristão, como poderia eu não ser cristã das obras, amor e fé? Não é possível. Para conhecer e pertencer ao Reino de Deus nasci de novo. O verbo habitou em mim e me fez carne. Suspiro de Deus me alentou e eis-me aqui Senhor@.

Um convite à reflexão pessoal e institucional

- 1 Como realizar uma leitura bíblica que oportunize compreensão da passagem bíblica como experiência e não norma e regra?
- 2 Quais textos você conhece que abordam a sexualidade humana? Como são lidos, como relatos de experiências ou como regras de conduta?
- 3 Identifique, na vida da comunidade de fé, experiências de vida que foram afetadas pelo manuseio dos textos bíblicos como regra e norma.
- 4 Identifique, na vida da comunidade de fé, textos bíblicos que podem ajudar a compreender as sexualidades de forma a construir a cultura da paz.

Referências

DALY, M. El cristianismo: una historia de contradicciones. In: _____. *Del cielo a la tierra: una antología de teología feminista*. Chile: Sello Azul, 1995.

FIORENZA, E. S. *As origens cristãs a partir da mulher: uma nova hermenêutica*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

GEBARA, I. *Teología a ritmo de mujer*. Madrid: San Pablo, 1995.

RUETHER, R. R. *Sexismo e religião: rumo a uma teologia feminista*. Trad. Luís Marcos Sander e Walter Altmann. São Leopoldo: Sinodal, 1993.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHOTTROFF, L. *Exegese feminista: resultados de pesquisas bíblicas na perspectiva de mulheres*. São Leopoldo: Sinodal/EST; CEBI; São Paulo: ASTE, 2008.

TAMEZ, E. *A mulher que complicou a história da salvação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987. 85p. (Estudos Bíblicos nº 7, Leitura da Bíblia a partir das condições reais da vida).

POLÍTICAS PÚBLICAS E DIVERSIDADE SEXUAL NO BRASIL¹

Beto de Jesus²

História

No início dos anos 2000, começa uma nova etapa nas políticas públicas para o público LGBTI no Brasil. Em 2004 este passo é concretizado no Programa Brasil sem Homofobia resultado de um processo que iria além da elaboração de uma cartilha, prática até então em voga nesses casos, em direção a uma política pública, sob a coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Ela foi fruto de um processo de construção coletiva que envolveu movimentos sociais, vários ministérios (por exemplo, Educação, Saúde, Trabalho, área da moradia, Segurança Pública, entre outros) para a discussão sobre quais políticas seriam necessárias e prioritárias.

Em relação à educação, uma das metas era a capacitação dos professores e professoras da rede pública de ensino de 2004 a 2007, através de vários materiais educativos. Pela primeira vez se vislumbrava a preparação dos professores e professoras na temática nos seus próprios locais de trabalho. Outro ponto importante era que essas políticas públicas deveriam responder à população LGBTI de forma a incorporar os vários marcadores identitários, ou seja, etnia, raça, gênero, idade, deficiência, orientação sexual, e a luta contra o preconceito e a violência. Segundo o Grupo Gay da Bahia, a cada 28 horas é assassinado um LGBTI por crime de ódio.

No final de 2010 é criado, por meio de uma emenda parlamentar, o programa “Escola sem Homofobia”, como um projeto de âmbito nacional que envolvia várias instituições de renome no país, coordenado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT). Esse programa foi fruto de consistentes pesquisas nas cinco regiões do país, com material validado pelas organizações e pelos professores e professoras, que expressaram a necessidade de melhor lidarem com a questão.

¹ Texto elaborado a partir de entrevista realizada com Mara Manzoni Luz, em novembro de 2015, em São Paulo.

² Educador social, ativista pelos Direitos Humanos LGBT, secretário para América Latina e Caribe da ILGA, coordenador de prevenção e testagem de AIDS Healthcare Foundation. Leigo da Diocese Anglicana de São Paulo da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E-mail: betojesus@uol.com.br.

Devido à fortes pressões da bancada fundamentalista religiosa (formada por evangélicos, espíritas e católico-romanos, etc.), a presidenta Dilma Rousseff suspendeu o referido programa em nome da “governabilidade”, em maio de 2011. Segundo algumas análises, a partir deste momento iniciou-se um processo de desgaste do governo, fruto da anabolização das demandas que esses grupos religiosos traziam. Houve também, a partir de então um retrocesso das conquistas políticas alcançadas dando sequência a uma forte reação que levou também a retirada do propaganda de prevenção à AIDS para jovens, e o governo acatou as reivindicações representadas por essas posições conservadoras, acabando por reverberar em outras agendas sociais (povos indígenas, mulheres, igualdade racial, etc.), significando um enorme retrocesso nas políticas públicas no Brasil.

Historicamente, os avanços do país foram muito alardeados, como uma resposta às ruas caracterizadas pelas Paradas do Orgulho LGBTI que ganharam o Brasil até em cidades pequenas. O retrocesso nas políticas públicas foi uma reação fundamentalista daqueles que não respeitam a noção de um Estado laico e dogmatizam a política a partir dos seus credos religiosos. Não entendem que somente a defesa de um Estado laico é a garantia de que todas as religiões possam existir.

Na época da discussão da Constituição de 1988, houve pressão dos movimentos para que a questão da orientação sexual fosse incorporada no artigo 5. Essa luta teve início no final dos anos 1970 e se torna mais orgânica e difusa (fora do tradicional eixo Rio-São Paulo) a partir dos anos 1990, que contava já com mais de 300 grupos LGBTI pelo Brasil. Hoje esse fato é amplificado pelo grande uso das redes sociais. A internet tem ajudado muito os movimentos sociais a se organizarem, veiculando agendas, denúncias, pautas. Você pode gravar cenas e depoimentos, postar fotos, fazendo eclodir uma ação coordenada de reafirmação de direitos. Isso trouxe a reação dos fundamentalismos.

Violência

A homofobia/lesbofobia/transfobia são violências de gênero, porque ser LGBTI, na expressão de afeto e sexualidade, é ir contra o normativo das relações de gênero estabelecido pelo poder masculino dominante.

Por exemplo, transexuais que não querem ter o pênis/falo em uma sociedade falocrática como a nossa, são vistas por esses detratores como uma “traição à causa”, uma fraqueza. A resposta para elas é a violência ou a morte, pois desafiam o que está estabelecido.

O mesmo ocorre com outras identidades e orientações sexuais. O aumento da violência contra LGBTI é nítida e reportada diariamente na mídia. Atualmente, no Brasil, não apenas as mulheres têm a agenda proibida pelo Estado, mas o conjunto da população LGBTI.

A construção das identidades se dá pela experiência da vida, de querer ser quem somos, de querer se reconhecer e ser reconhecido(a) e valorizado(a). Essas identidades passam pela afirmação de diferentes identidades de gênero, com a possibilidade de corpos diferentes, não impositivas. A nossa existência não tem sentido sem a vivência do amor mais amplo e de um projeto de felicidade. Eu só posso amar se te conheço e isso passa por desafiar os roteiros da sociedade, as agendas econômica, social, dos direitos indígenas, dos negros, da reafirmação das identidades de gênero e orientações sexuais.

Precisamos ir contra a manipulação dos corpos que hoje se empoderaram e se manifestam a partir dos seus projetos de felicidade e isso questiona privilégios. Tudo isso tem a ver com um reordenamento do que são políticas públicas, que antes eram privilégios (voto feminino, estudo, negros escravos). Atualmente se discute políticas inclusivas e isto significa uma correção histórica dos privilégios no Brasil. Políticas públicas de fato são universais, onde reconhecemos os marcadores identitários que não foram contemplados historicamente. Hoje, uma política pública para certo setor social não é um privilégio, mas uma questão de “nem menos, nem mais, direitos iguais”.

A construção de políticas públicas precisa respeitar o mantra “nada de nós sem nós”. Desenhar políticas públicas é sentar, escutar as dores, experiências, choros das populações e o Estado é o responsável de prover a justa distribuição de bens e serviços.

HIV-AIDS

Na perspectiva da saúde integral da população LGBTI, um tema que merece destaque é a questão do HIV-AIDS. O nossa concepção a respeito desta epidemia é concentrado, ou seja, atinge as populações de gays, de homens que fazem sexo com homens, travestis, profissionais do sexo, pessoas que usam drogas e populações em restrição de liberdade.

Temos no Brasil cerca de 770.000 pessoas vivendo com HIV. Destas, 150.000 são positivas e não conhecem o seu estado sorológico. Das que conhecem o seu status, menos da metade estão vinculadas ao serviço de saúde. Existe uma relação entre o número de pessoas que não conhecem a sua sorologia e as populações chaves.

Hoje, é fundamental que as comunidades religiosas construam e ou reforcem um discurso e uma prática que impulsionem o poder executivo a não ceder aos apelos dos segmentos fundamentalistas, garantindo a efetivação do Reino de Deus e a inclusão daquelas pessoas que viviam à margem!

Nesse sentido, é necessário, cada vez mais, o desenvolvimento de ações em políticas públicas voltadas a essas populações, para que possam acessar o tratamento e aumentar a qualidade de vida. Essa atividade não é fácil frente à conjuntura nacional, fortemente marcada pelo fundamentalismo que refuta a possibilidade de políticas públicas que atendam às necessidades das pessoas não normativas (leia-se heterossexuais, masculinos, brancos, dos grandes centros, etc.).

Um convite à reflexão pessoal e institucional

- 1 Qual é o envolvimento das comunidades de fé no fomento de políticas públicas que respeitem a diversidade?
- 2 Quão sexualmente diversa é a nossa comunidade de fé?
Nós criamos espaços acolhedores para todas as pessoas?
- 3 Quais são as lutas sociais que a sua comunidade participa?

Referências

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/index.php>>.

ESCOLA sem Homofobia. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>>.

GRUPO Gay da Bahia. Disponível em: <<http://grupogaydabahia.com.br/>>.

PROGRAMA Brasil sem Homofobia. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>.

A POLÍTICA DA INVISIBILIDADE SOCIAL

Letícia Cardoso¹

Quando falamos em respeito à diversidade, aos integrantes da comunidade LGBTI, estamos nos referindo a mais que reconhecer e legitimar as diferenças, mas sim implementá-las como uma realidade social. Como pessoas, temos que entender que não somos uniformes, nem ficamos limitados a um padrão de existência, somos singulares, únicos e, acima de tudo, somos todos cidadãos. No entanto, estamos inseridos em uma sociedade que estabelece padrões rígidos de comportamento, através de etiquetas sociais que definem quem é ou não aceito, quem pode ou não se encaixar. Esta monotonia comportamental acaba por marginalizar e excluir quem está fora desta padronização. Por isto mesmo, faz-se urgente a compreensão da inclusão social como um paradigma base para que a sociedade viabilize a convivência entre pessoas de todos os tipos, buscando deixar esta mais igualitária ao assegurar direitos, prover necessidades e reconhecer as potencialidades individuais (MEDEIROS et al., 2014, cap. 2,3).

No entanto, a sociedade faz que não enxerga esta variedade e o Estado assinala que ela não tem relevância, desqualificando ou minimizando quem se identifica com algum dos grupos LGBTIs. Podemos dizer que “o silenciamento do outro, assim como a sua deslegitimação, fazem parte deste processo de construção do preconceito na medida em que este outro, silenciado, ocupa um não lugar na sociedade” (KICH, 2008, p. 129). Seja por pressões religiosas, por interesses de representantes mais conservadores ou por real desinteresse, a verdade é que o cidadão LGBTI é invisível para as instituições governamentais. Para aferir mais descrédito a este indivíduo, somam-se diversos preconceitos, como continua a explicar Francis Kich, “outras formas de exclusão são produzidas, na medida em que, mesmo dentro dos guetos existem outras formas de discriminação como de gênero, raciais, classe social, etc.” (2008, p. 132). Segundo Prado e Machado, o preconceito possui um funcionamento que se baseia, muitas vezes, nas atribuições sociais negativas, que podem advir da moral, da religião ou mesmo das ciências, para gerar o que podemos denominar de hierarquia sexual, que é “embasada em um conjunto de valores e práticas

¹ Relações Públicas (UFRGS), com especialização em Marketing e Comunicação Interna (Univ. Castelo Branco) e especialista em Educação Sexual (Unisal), pesquisadora de temas relacionados a gênero e diversidade LGBTI, integrante do Grupo de Estudos sobre Diversidade nas Organizações da ABRH/RS, orientadora e educadora sexual do CESCOm (Centro de Educação, Sexualidade e Comunicação). Leiga da Catedral Nacional da Santíssima Trindade – Porto Alegre. Recentemente participou da II Conferência Estadual dos Direitos Humanos para LGBTI do estado do RS. E-mail: sexologa.lc@gmail.com.

sociais que constituem a heteronormatividade como um campo normativo e regulador das relações humanas” (2008, p. 70).

É preciso legitimar os direitos suplantando estas condutas heteronormativas e preconceituosas, que acabam por desvanecer os indivíduos. Para isto é necessário haver esforços organizados na conscientização e apoio às pessoas excluídas e marginalizadas, bem como acharmos meios de enfrentarmos a estigmatização e as discriminações. Tais posições permitem que “as pessoas se sintam no direito a ter direitos e de criar direitos, de ter acesso a bens e serviços de qualidade, e de escolher as formas mais adequadas para suprir suas necessidades sociais, econômicas, políticas, culturais, sexuais e de gêneros” (PERES, 2011, p. 93). Atualmente, dentro das políticas públicas, o pouco que se tem obtido de conquistas são resultantes de uma longa e árdua luta de representações identificadas e também simpatizantes ao tema. No entanto, isto são migalhas que não garantem uma vida, muitas vezes nem mesmo uma morte, plenamente digna. Esta invisibilidade social desabona até mesmo as necessidades básicas, desqualificando a cidadania de quem é diverso.

Desconsidera-se este cidadão como uma pessoa ativa, que tem suas responsabilidades legais e sociais iguais aos demais. Não se pensa neste como um ser, um contribuinte, alguém produtivo que cumpre com suas obrigações, que colabora para o mercado girar como qualquer outra pessoa e, como tal deve ser reconhecido. Simplesmente não se percebe o humano.

Em uma cartilha sobre a valorização à diversidade, o Instituto Ethos (2000, p. 11) define que:

A noção contemporânea de diversidade como um valor nas relações humanas é resultado da busca de oportunidades iguais e de respeito à dignidade de todas as pessoas. Assim, a diversidade representa um princípio básico de cidadania, que visa assegurar a cada um condições de pleno desenvolvimento de seus talentos e potencialidades. Ao mesmo tempo, a prática da diversidade representa a efetivação do direito à diferença, criando condições e ambientes em que as pessoas possam agir em conformidade com seus valores individuais.

Quando pensamos nos princípios básicos que o Estado reconhece ao cidadão LGBTI, percebemos que lhe dispõe insuficientes benefícios e direitos que estão, permanentemente, correndo riscos de serem retirados. Vemos o exemplo do casamento homoafetivo que, no Brasil, é reconhecido desde maio de 2013, quando entrou em vigor a Resolução 175

do Conselho Nacional de Justiça, no dia 14 de maio de 2013. Ao oficializar estes relacionamentos, se garantiu direito à partilha, heranças, adoção, plano de saúde, ou seja, todos os benefícios iguais a um casamento heteronormativo. Apesar de ser um dos poucos países que reconhece este direito, ele já está sendo ameaçado pela ação do Estado, que ainda segrega por outros meios. A aprovação do Projeto de Lei 6583/13, pela Comissão Especial do Estatuto da Família, diverge diretamente do acesso ao casamento civil homoafetivo. Esta PL define família como o núcleo formado a partir da união entre um homem e uma mulher, desconsiderando qualquer outra forma de estrutura familiar. Segundo os defensores do texto, relações de afeto não podem qualificar ou definir uma família, que deve ser pautada pelas questões da natureza (entenda-se aqui biologia). Além de ser um absurdo, que vai contra decisões anteriores, inclusive do Supremo Tribunal Federal, a aprovação da PL 6583/13 coloca em risco conquistas recém-adquiridas, podendo gerar um retrocesso jurídico e social. Como explica o advogado Rodrigo da Cunha Pereira, presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família: “Se [as famílias que não se enquadram na definição de entidade familiar do estatuto] não são consideradas famílias, se estará excluindo direitos dessas pessoas – não individualmente, mas como casal –, como licença-maternidade, pensão, INSS. Isso é uma violência, um atentado contra os direitos humanos”,² declara. Podemos dizer que esta é uma violência institucional, onde o Estado tenta entrar em nossas casas e enquadrar nossas relações, definindo nossas convivências, sob o jugo do que ele entende ser ou não “normal”.

Precisamos compreender que a defesa de interesses sociais deste grupo visa à aceitação de grande parte da nossa população. E, ao pensarmos que “a humanização passa pela possibilidade de sentir-se construtor do destino coletivo do povo a que se pertence” (ADAMS e STRECK, 2006, p. 96), garantimos uma inclusão de quem sempre esteve à margem. Segundo Werner Thole, “as possibilidades de recorrer ao capital cultural e social, isto é, o acesso à educação, às redes sociais, condições do ambiente social e a disponibilidade das formas de comunicação e interação tornar-se-ão igualmente importantes para a definição do lugar a ser ocupado na sociedade” (2006, p. 66).

Considerando a importância deste pertencimento social, percebemos que as poucas políticas públicas direcionadas a respaldar a comunidade LGBTI, considerando as três esferas de poder (federal, estadual, municipal), nem sempre andam em sinergia ou conversam entre si. Entretanto, para Hugues Ribeiro, estes direitos deveriam estar incorporados aos direitos humanos, porém, “muitas declarações de direitos constitucionais e outras leis deixa-

² Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/02/afinal-para-que-serve-o-estatuto-da-familia.htm>>.

ram escapar a possibilidade de chamar a atenção para oferecer a esta população garantias legais contra os preconceitos e a discriminação, pelo menos no Brasil” (2009, p. 16).

Alguns aspectos ficam ótimos no papel, mas efetivamente não são eficientes. Muitas carecem de amparos legais e estruturais para se estabelecerem. Em outros momentos, quando há uma conquista, surge também uma forte oposição de setores convencionais, que busca minimizar o impacto desta, como citado anteriormente. Podemos repetir a fala de Prado e Machado, para afirmar que “nunca a vida em sociedade exigiu tanto a discussão sobre direitos sociais e formas de reconhecimento humano, e nunca a política foi tão importante para o cotidiano de todos nós” (2008, p. 20).

Nos avanços já obtidos, temos o **nome social** que é garantido, em âmbito federal, em órgãos públicos, mas nas escolas a competência cabe a estados e municípios. Com isto temos jovens que não são reconhecidos em sua expressão de gênero, pois o assunto não foi debatido ou aceito em sua localidade, que abandonam os estudos ou, para dar sequência à escolaridade, são submetidos a constantes humilhações. É preciso garantir às crianças e aos jovens que, indiferente das suas diferenças, eles têm, nas escolas, um espaço seguro, que os respeita e os acolhe. Infelizmente estamos bem distante disto, sendo o ambiente escolar o local que mais oprime quem está tentando se descobrir. A falta de uma educação inclusiva e de debates sobre violência, diversidades e sexualidade, impede que se altere este cenário. Por isto a importância de se discutir estes assuntos no Plano Nacional de Educação, apesar de toda a pressão contra.

Nome Social consiste naquele adotado pela pessoa, por meio do qual se identifica e é reconhecido na sociedade. Muitas instituições públicas e de ensino já aceitam o nome social, mas isto ainda não é padrão, nem normatizado nacionalmente. O nome social permite uma socialização da pessoa trans, por inibir os constrangimentos causados pela disparidade entre os documentos e o/a portador/a, além de respeitar o indivíduo e seu gênero. Importante ressaltar que o nome social não altera o registro civil de nascimento – para isto, a pessoa deve entrar na justiça e requerer o reconhecimento da alteração de gênero e nome, um processo que pode demorar e não há garantias de êxito. No Rio Grande do Sul, foi instituída a carteira de “Nome Social” para travestis e transexuais, que servem para tratamento nominal em toda a administração pública, no Decreto nº 49.122, de 17 de maio de 2012.

Na saúde precisamos avançar muito, não somente nas questões de atendimento e recepção, mas de desconstruir estigmas que qualificam este ou aquele grupo de pessoas. Não basta dizer a um recepcionista para chamar alguém pelo nome social quando esta pessoa é internada na ala contrária ao seu gênero ou seu tratamento hormonal é desconsiderado. Nem resulta dizer “O Brasil sem Homofobia” quando qualificamos os homossexuais como inaptos para doação de sangue. Não adianta criar centros de atendimento quando não há médicos especializados ou os serviços são limitados. Não podemos falar de saúde LGBTI sem ouvir e entender quem dela necessita, pois corremos o risco de estabelecermos uma prática montada sob a ótica cis que não será viável a este público.

De fato, o ponto onde o Estado parece ser mais falho é na não criminalização da homolesbotransfobia. Muitas das violências, implícitas ou explícitas, seriam minimizadas se houvesse uma forma de punição ou um suporte maior à segurança desta população. A discriminação continuaria, mas a violência, da forma que fosse, teria uma resposta legal e as vítimas um apoio institucional, porém, este conceito ainda não é visto como relevante pelo Estado. Hoje, o Brasil é o país em que mais se matam transsexuais, sendo que 50% das mortes ocorridas no mundo aconteceram aqui.³ Temos ainda que considerar que estes números nem são absolutos, pois muitos dos crimes não são classificados como ações homolesbotransfóbicas, o que significa que estes dados são ainda maiores. Também precisamos contabilizar outras formas de violência, muitas das quais nem chegam às esferas policiais, como injúrias, difamações, crimes virtuais, discriminação profissional, em estabelecimentos comerciais ou locais públicos. Há ainda ações que podem não parecer agressivas, mas que destroem e continuam a invisibilizar a comunidade LGBTI. Podemos citar, por exemplo, o medo (coerente) que muitos trans têm de morrerem e serem enterrados com o outro gênero ou de ficarem doentes, sofrerem um acidente e, ao serem socorridos, serem expostos e tratados de maneira diferente a sua identidade. Pequenos detalhes que para o cidadão, cis e hétero, seriam irrelevantes, mas que são concretos para os LGBTIs.

Para tentar minimizar o preconceito e seus reflexos, é preciso haver um constante debate do impacto que tal invisibilidade social causa. Desta forma, é necessário estabelecer ao Estado um papel mais ativo e dirigente. Assim, vemos que, para a realização de suas responsabilidades cada vez mais diferenciadas, o Estado é obrigado a adquirir os recursos políticos necessários por meio de um processo de intercâmbio com atores sociais, a deslocar as tarefas para unidades sociais de processamento (autorregulação setorial parcial ou completa) ou produzir conjuntamente políticas em cooperação com atores sociais por meio de uma divisão de trabalho (SCHNEIDER, 2005, p. 40).

³ Dados disponíveis em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/estatisticas/>>.

É neste contexto que ocorreram as conferências estaduais para os direitos humanos LGBTI, onde se buscou traçar, em cada região, sugestões para se levar a etapa nacional sobre os direitos e necessidades do grupo. A **III Conferência LGBTI**, acontecerá nos dias 25 a 27 de abril de 2016, em Brasília/DF, sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Através das proposições de políticas públicas sugeridas nos estados e municípios, pretende-se estabelecer ações mais inclusivas em todo o território nacional. Nesta edição (as anteriores foram em 2008 e 2011) o tema central é: “Por um Brasil que criminalize a violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais” (CNCD/LGBT, 2015) e tem por objetivos gerais:

- Avaliar a efetividade das Políticas Públicas para enfrentamento da violência praticada contra a população LGBTI, tendo em conta o pacto federativo e a relação entre os três poderes;
- Propor estratégias para enfrentar a discriminação sofrida pela população LGBTI em decorrência de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero;
- Articular e integrar, a partir de uma avaliação, o Sistema Nacional de Promoção da Cidadania e Enfrentamento à violência com as demais políticas públicas.

Há necessidade de estabelecermos um diálogo permanente junto às instituições públicas, não aceitando a invisibilidade massiva que eles tentam impor. Por meio de uma presença firme podemos reivindicar uma sociedade com direitos igualitários, com respeito a qualquer cidadão. Pois defender a diversidade, seja ela qual for, é também considerar e garantir nossas próprias idiossincrasias.

Um convite à reflexão pessoal e institucional

- 1 Sendo uma instituição religiosa representativa, estamos realmente discutindo o respeito a diversidade além das nossas paredes internas?
- 2 Que ações concretas estamos realizando para que a comunidade LGBTI nos reconheça como apoiadores de sua visibilidade social e veja a IEAB como uma voz relevante às suas lutas?
- 3 Estamos preparando as nossas comunidades para receber de forma efetiva os membros da comunidade LGBTI em todas suas representações?

Referências

ADAMS, T.; STRECK, D. R. Lugares da participação e formação da cidadania. *Civitas - Revista das Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 6, n. nº 1, p. 95-117, jan./jun. 2006.

CNCD/LGBT. *Orientações do CNCD/LGBT para a realização das etapas municipais/regionais e estaduais da III Conferência Nacional LGBT*. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/OrientacoesIIIconferenciaLGBT.pdf>>.

INSTITUTO ETHOS. *Como as empresas podem (e devem) valorizar a diversidade*. São Paulo: Instituto Ethos, 2000.

KICH, F. D. Da invisibilidade à visibilidade política: homossexualidade e processos de ruptura no Brasil. *Fórum Identidades*, v. 3, n. Ano 2, p. 129-136, jan./jun. 2008.

MEDEIROS, G. T. C. D. et al. *Contemporâneas: um enfoque na transversalidade de gênero*. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, Outubro 2014.

PERES, W. S. Travestis: corpos nômades, sexualidades múltiplas e direitos políticos. In: SOUZA, L. A. F. D.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. D. *Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito*. Marília: Cultura Acadêmica Ed., 2011. p. 69-104.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez Ed., 2008. (Coleção Preconceitos, v. 6).

RIBEIRO, H. C. D. F. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e as minorias sexuais. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009. p. 13-38.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. *Civitas - Revista das Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan./jun. 2005.

THOLE, W. Desigualdades sociais, modernização da sociedade e “trabalho social”. Considerações acerca do projeto do serviço social na “era da globalização”. *Civitas - Revista das Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 59-78, jan./jun. 2006.

A ACOLHIDA PASTORAL EM TEMPOS DE HIV/AIDS

Arthur Cavalcante¹

Para começo de conversa

A primeira vez que ouvi falar sobre esse tema foi no tempo de colégio, no meio da minha adolescência nos anos 1980, onde palavras como “aidético” era usado para desqualificar colegas de sala de aula. Isso teve a ver com a imagem transmitida naquele momento pelos meios de comunicação para a sociedade. Artistas vivendo com HIV, como o cantor Cazuza, ficaram na minha memória, sendo associados como pessoas punidas pela “peste gay” e por isso condenadas a morrer. Pouco era conversado sobre esse assunto e causava um certo terror na hora de se relacionar intimamente com outra pessoa. Em família, falar sobre sexualidade era quase um tabu, imaginem algo sobre HIV/AIDS. Na Universidade de Odontologia (fim dos anos 1990) escolhi o tema para pesquisar em uma das disciplinas, mas era algo muito técnico e não tão próximo do dia a dia. A sensibilidade de trabalhar melhor sobre o tema surgiu, na minha experiência pessoal como pároco de igreja, quando soube de um caso de alguém que contraiu o vírus. O tema se encarnou em uma pessoa concreta e dentro do espaço de fé do qual faço parte. Isso suscitou algumas perguntas: como isso pode ocorrer com uma pessoa religiosa? Que deverei fazer caso acontecesse dentro de uma comunidade na qual estiver pastoreando? E de fato, isso ocorreria em um futuro não tão distante. A medida que me abria para o assunto, participava e articulava encontros sobre o tema, e tornava clara minha postura pública, na acolhida de pessoas vivendo com HIV – tive a graça de receber pessoas tanto no gabinete pastoral como na comunhão de minha paróquia.

Hoje em dia, cada vez mais pessoas integrantes das igrejas se descobrem **vivendo com HIV/AIDS**. As reações das comunidades religiosas são diversas diante desse fato. Algumas negam a presença desses fiéis em sua membresia, assentados nos bancos das igrejas ou fazendo parte de sua liderança. Outras atacam determinados grupos sociais, demonizando suas práticas, como por exemplo, a população LGBTI, acusando-os de irremediáveis contra os dogmas da religião, além de associá-los como grupo disseminador de doenças.

¹ Mestre em Ciências da Religião e pesquisa sobre Sociedade Religião e Cultura, reitor da Paróquia da Santíssima Trindade na cidade de São Paulo, clérigo da Diocese Anglicana de São Paulo e secretário geral da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E-mail: acavalcante@ieab.org.br.

Há também comunidades que procuram tratar da questão do HIV/AIDS promovendo algumas **ações pastorais**, contribuindo para o seu papel social frente a pandemia. Para tornar relevante o papel das religiões no combate ao vírus e no acolhimento às pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS, é necessário entender a ação do estigma em torno da doença. Falar de **estigma** significa também tratar do assunto enquanto tabu. Através do tabu é que as maiorias se protegem do que é diferente, estigmatizando as pessoas. Na história da religião, na sociologia, na antropologia e na psicologia sabemos que a sexualidade, sexo, orientação sexual, doença, raça, gênero, pecado e morte são elementos mais propensos ao tabu. O corpo humano também deverá ser lembrado como uma área proibida dentro da tradição cristã ou também tabu. Tratar da temática da **corporeidade** dentro das comunidades religiosas ainda é um desafio para a teologia e, conseqüentemente, não contribui para uma maior compreensão sobre o tema HIV/AIDS.

A presença do HIV na vida das comunidades religiosas quer seja na membresia ou na liderança, expõe a fragilidade dessas igrejas diante da sociedade. Tudo isso nos faz questionar a maneira como as lideranças religiosas tratam, diante dos fiéis, a vivência da sexualidade nas igrejas nos tempos do HIV/AIDS. A grande preocupação deve ser como tornar as igrejas espaços de acolhimento para as pessoas vitimadas pelo HIV, ou seja, transformar espaços hostis em oásis de refrigério.

Nesse sentido, uma questão crucial é “o que teria feito o senhor Jesus diante da problemática da AIDS?”. Precisamos então desafiar as nossas comunidades a partir da prática de Jesus Cristo a pensarem como deveria ser a atitude perante as pessoas que vivem e convivem com HIV/AIDS. Jesus Cristo, como figura central para a religião cristã, sempre foi **referencial de acolhida** às pessoas que sofrem e vivem à margem da sociedade. Para reforçar essa ideia e buscar respostas construtivas são trazidos os argumentos bíblicos, expressos nos textos dos Evangelhos e nas Cartas Pastorais dos Apóstolos, sensibilizando e estimulando as comunidades a adotarem sempre uma postura de acolhida.

Diante da pandemia de HIV, a resposta das igrejas deve ser a solidariedade a todas as pessoas, funcionando como **comunidades terapêuticas**. É dentro de uma comunidade terapêutica que a pessoa fragilizada encontra suporte para superar sua dor e elementos para

refazer sua vida como um ser humano, cidadãos e cidadãs que re-ocupam seu espaço na sociedade. A comunidade terapêutica prepara essas pessoas para viverem com dignidade no meio social. Fortalecer a pessoa com HIV-AIDS não significa a cura da AIDS, e sim a cura do medo e do preconceito.

Significado da acolhida

Usamos muitas vezes a Bíblia como um livro para respaldar nossas ações, sejam quais forem elas: boas ou ruins. Parece que nossas ações ganham um status sagrado quando apelamos para os textos bíblicos. Nesse sentido tudo pode acontecer! Dentro da história da cristandade não podemos ignorar que guerras foram justificadas, injustiças foram cometidas e discriminações foram legitimadas usando o Livro Sagrado. E também dentro dessa mesma história muitos homens e mulheres tiraram o melhor de si a partir dos princípios de sua religião quando buscaram a paz, o amor e a justiça.

Para a tradição anglicana, a leitura da Bíblia deve ser interpretada a partir da práxis de Jesus Cristo. Quando quisermos tratar sobre o tema da acolhida na perspectiva bíblica, devemos primeiramente reconhecer que isso era **o cerne do ministério de Jesus Cristo**. Há várias passagens bíblicas que nos relatam Jesus indo ao encontro das pessoas, ou melhor ainda, sendo por elas procurado. Aqui destaco passagens do Evangelho de Marcos onde a pergunta principal é “quem é esse Jesus?”. O evangelista Marcos enfatiza o lado prático da vida de uma pessoa crente. Lembramos que Marcos dá destaque as ações de Jesus muito mais que sua pregação. Não seria então essa importante pista para os discípulos e discipulas de Jesus Cristo, ou seja, de estarmos muito mais interessados em fazer o bem acima de qualquer dogma religioso?

Vejamos com os corações abertos essas passagens, nas quais são pessoas enquadradas como transgressoras ou marginais, pelos padrões sociais e religiosos:

“Purificação de uma pessoa leprosa” (Marcos 1:40-45); “Perdão e cura de um paraplético” (Marcos 2:1-12); “A cura de uma pessoa que era surda muda” (Marcos 7:31-37); “A cura do cego Bartimeu” (Marcos 9:46-52); “A cura de um rapaz ‘possesso’ e aqui parece muito mais uma pessoa que sofre de epilepsia (Marcos 9:14-29). Em outras passagens, as mulheres são muitas vezes protagonistas, como “A mulher hemorrágica” (Marcos 5:(21-24) 25-34); “A mulher siro-fenícia” (Marcos 7:24-30); “A unção de Jesus por uma mulher em Betânia na casa de Simão, o leproso” (Marcos 14:3-9).

Essas leituras pinçadas trazem propositadamente homens e mulheres em situações/posições de fragilidade indo ao encontro de Jesus. Todas carregam em si a marginalização imposta pela sociedade. Essas pessoas não buscaram ser marginalizadas, mas foram pelo sistema sociopolítico, com as bênçãos da religião. Ou seja, “são assim porque Deus quis que fosse”!

Nesse sentido, Jesus não fazia escolhas sobre quem deveria ou não acolher, lidava com todas e conhecia o que essas pessoas representavam na sociedade. Jesus estava aberto ao **diálogo sem intransigência** e se deixava desafiar pelos encontros e conversas.

Jesus Cristo deu um golpe fatal ao denunciar esse tipo de religião. Jesus compreendeu perfeitamente o mais fraco porque ele convivia com essas pessoas ao ponto de ser confundido elas. Jesus andou com essas pessoas e por isso foi marginalizado pelo sistema político, social e religioso, que dizia o que era certo e errado. A resposta desse sistema foi a pena violenta da crucificação e cheia de estigmas!

No contexto religioso atual no Brasil, **a premissa da relação para a acolhida** aparece como um elemento inegociável. Muitas comunidades religiosas querem acolher as pessoas perfeitas para fazerem parte de sua **membrosia**. Hoje, em muitas de nossas igrejas, há pessoas negando/escondendo sua forma de ser para serem aceitas nesses espaços ditos sagrados. Muitas lideranças bloqueiam a interação dessas pessoas impossibilitando suas comunidades de se abrirem e dialogarem com outras identidades e, assim, impedindo o amadurecimento da fé, perpetuando estruturas injustas e doentias. As comunidades religiosas precisam ser o **reflexo de Jesus**, ir além do conceito fechado de “membros” encarnando o significado de ser “**Corpo de Cristo**”.

As comunidades religiosas não podem se fechar as diferenças, voltando-se exclusivamente para um grupo com certo recorte econômico, social e de uma determinada classe ou orientação sexual. Pois isso compromete a integridade do Evangelho. Somos diversos e a Igreja precisa ser um reflexo dessa diversidade da sociedade. A nossa fé precisa ser celebrada na diversidade, não somente na especificidade que fragiliza e enfraquece a possibilidade de novas interações e novos conhecimentos.

Prática pastoral mais arrojada

É preciso haver na comunidade religiosa um processo de **crescimento da receptividade** no sentido evangélico, ou seja, que se identifica com os grupos sociais que se aproximavam de Jesus, e o papel da liderança neste processo é o de sensibilizar as pessoas que fazem parte da comunidade de fé e implementar uma pastoral de acolhimento à diversidade para

um mútuo enriquecimento, ou seja, a igreja não irá apenas ensinar, mas aprender com essa diversidade.

Quando as comunidades pedem sugestões para começar uma pastoral nesse sentido, ou ser desafiadas a pensar nela, eu digo que não existe uma receita ou modelo de acolhida pastoral. A chave está na **disposição radical à acolhida**, pois compartilhar testemunhos qualifica a troca. A caminhada tem que ser iniciada e motivada, a **liderança** precisa ser consistente e coerente.

É muito importante **desconstruir as fantasias** que formam e alimentam os estereótipos das pessoas marginalizadas. A interação entre a liderança e a comunidade, ao contrário, atrai, não separa quem é quem. O fazer pastoral é tarefa conjunta a partir do compromisso de fazer a comunidade crescer no respeito a outras diversidades, levando-se muito a sério e radicalmente o chamado de Jesus: “se alguém quer vir em meu seguimento, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e siga-me” (Marcos 8:34b).

Liturgia

O **espaço de acolhida** envolve vários aspectos, entre eles a coerência do discurso da liderança, por exemplo, no espaço celebrativo. A liturgia precisa ser coerente com a linguagem inclusiva, na perspectiva de estar trabalhando com públicos diferentes. O momento expresso no **sermão** é único, pois é a ocasião em que a comunidade percebe o que realmente seu reverendo ou reverenda pensa sobre determinado assunto. A pessoa que está no banco da igreja irá se perguntar: Existe abertura para o diálogo? Há espaço para minha humanidade? Eu poderia trazer as pessoas que eu amo para ouvir esse discurso? Esses são elementos importantes a serem levados seriamente na hora de preparar um sermão e tocar em temas difíceis.

O espaço das **intercessões** é importante para a expressão exata dos desejos e ansiedades. No início, o discurso sobre esses temas parece um pouco “desengonçado” por serem novos, e não se sabe qual será a recepção da comunidade, há suposições, mas nunca certezas. Jamais devemos achar que nossas comunidades são incapazes de discutir determinados assuntos pois isso seria subestimar a ação criativa de Deus no meio dela. A proximidade com questões novas vai crescendo pela nominação, cortando as “fantasias do escondido” ou “daquilo que não se pode falar”.

Igualmente temos algo riquíssimo em nossa tradição que é a **acolhida na Santa Comunhão**. Lembramos que a Comunhão não pertence à Igreja Anglicana mas é de nosso Senhor Jesus Cristo e que todas as pessoas batizadas são bem-vindas nesse momento. A comunhão é o

ápice dessa acolhida em nossas Igrejas juntamente com o **Batismo**. Todas as pessoas são iguais aqui em direitos e deveres na fé cristã e nada, absolutamente nada, pode nos separar desses sacramentos. Devemos aproveitar mais esses momentos para lembrar ao nosso povo desse amor incondicional de Deus para a humanidade. A liturgia contida em nosso Livro de Oração Comum tem ressaltado em muitos ritos essa verdade de fé.

Há outros momentos fora do espaço da celebração para aprofundar a relação da liderança com a comunidade. Precisamos seguir no serviço, na diaconia e no aconselhamento pastoral. Precisamos conhecer as organizações sociais que estão buscando os direitos e a justiça em prol das pessoas excluídas. Há muitos espaços para nosso serviço e assim daremos sentido a ser diácono(a), ou seja, aquela pessoa que faz a ponte da igreja com as necessidades da sociedade. Nesse momento, quando se supera a exclusão, acontece a cura não do outro que está sendo alvo de nosso amor, mas de nós mesmos, da nossa própria comunidade.

Um convite à reflexão pessoal e institucional

- 1 Quais os textos bíblicos levantados pelo autor que você mais se identifica, levando-se em consideração a temática da acolhida no contexto de pessoas que vivem em situação de exclusão em sua comunidade de fé?
- 2 A partir desse texto que você escolheu ou daqueles levantados pelo autor o que você pode fazer para compreender melhor ou criar empatia em relação à vida/universo dessas pessoas excluídas?
- 3 Que estratégias pastorais você pode utilizar em sua comunidade de fé para comunicar sentimentos ou ações de acolhidas ou ainda de sensibilização de seus irmãos e irmãs e liderança local sobre esse tema?

Referências

Livro de Oração Comum. Porto Alegre: Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 2015.

Nova Bíblia Pastoral. São Paulo: Paulus, 2014.

DIACONIA

Bianca Daeps Seixas Almeida²

Nesta revista já conversamos sobre muitas coisas que relacionam nossa fé cristã com a vida. Já falamos de Bíblia, Gênero, Sexualidades, AIDS e Igreja, agora convidamos você para pensar um pouco sobre a relação entre esses temas e a Diaconia.

Muitas pessoas nunca ouviram essa palavra porque ela é de origem grega, mas, por outro lado, é uma palavra muito presente na vida da comunidade cristã que faz uso constante da palavra “diaconia” ou de outras próximas como diácono ou diácona. Na ambiência da fé cristã a palavra Diaconia está relacionada à ideia de servir com amor, sem constrangimentos e em perfeita harmonia com o ensinamento de Jesus.

Com o objetivo de refletirmos um pouco sobre esse serviço em amor, propomos dois movimentos: o primeiro será inspirado nos textos bíblicos do primeiro e do segundo testamento, e o segundo movimento inspirado na vida de nossas comunidades de fé.

Como já dissemos, Diaconia é o serviço prestado em amor, é o serviço manifesto no cuidado que não obedece uma relação de sujeição, mas de mutualidade. Sobre esta perspectiva ela é um ato revolucionário não apenas na vida da comunidade de fé, mas também na sociedade em que estamos inseridas e inseridos, pois é capaz de empoderar afetiva, social e culturalmente todos aqueles e aquelas que entenderam que servir a Deus significa servir ao outro independente de quem seja ou onde esteja.

No antigo testamento, nos inspiram algumas imagens do Deus que serve à sua criação. Gosto de lembrar da passagem bíblica que relata a expulsão dos seres humanos do paraíso (Gênesis 3:21-24), nesse momento dramático da narrativa vários elos se rompem entre as criaturas e seu criador. A consequência direta da expulsão poderia ser o completo abandono da relação entre Deus e sua criação. Mas o texto sugere que não apenas Adão e Eva saem do paraíso, mas também Deus os acompanha, e não somente isso, ele se reaproxima deles e, numa atitude de cuidado, Deus se põe a costurar roupas para aplacar a nudez dos seus corpos e de suas almas sedentas de esperanças. É a Diaconia de Deus que propõe o perdão como chave mestra para novos recomeços.

² Doutora em Educação, mestre em História Social, pós-graduada em Ética, graduada em Direito, Teologia e Cultura e Filosofia, docente na Faculdade Dom Pedro II. Leiga da Diocese Anglicana do Recife da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. E-mail: biadaeps@gmail.com.

A ideia e as imagens de um Deus que serve se espalha em muitos outros momentos dos textos bíblicos, nessa perspectiva encontramos Deus fazendo o maná cair do céu para saciar a fome do seu povo (Êxodo 16), retirando água da rocha (Êxodo 17:6), se transformando em coluna de fogo para iluminar o caminho do povo em plena noite escura e depois carinhosamente se fazendo nuvem de proteção sobre as cabeças e corpos dos que caminhavam durante o dia em meio ao deserto (Êxodo 13:21-22). Esses textos falam de um Deus que demonstra concretamente seu amor e responsabilidade por sua criação, e o faz servindo.

No segundo testamento, podemos destacar uma passagem que relaciona acolhimento, amor e serviço numa trilogia que, mais uma vez, revela poeticamente o sentido da Diaconia de Deus no amor de Jesus. Trata-se do texto do Evangelho de Lucas 13:34, “Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas, e apedrejas os que te são enviados! Quantas vezes quis eu ajuntar os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintos debaixo das asas, e não quise!” Neste versículo, Jesus revela a vulnerabilidade de seu amor por seus filhos e filhas, ajuntá-los debaixo de suas asas nos traz o sentido da maternidade de Deus, do cuidado, do acolhimento e da proteção que contrasta diretamente com as imagens belicosas de um Deus guerreiro tantas vezes invocada por nossa tradição.

Ao declarar seu amor por Jerusalém, mesmo quando ela está em rota de colisão com seus princípios, Jesus deixa evidente o quanto a Diaconia de Deus é poderosa, pois em vez de destruir a cidade, Ele suscita novos sonhos, alimenta as esperanças de dias melhores e propõe novos começos para aquela comunidade.

Nesta perspectiva o texto do Evangelho de Lucas nos ensina através da declaração de Jesus para a cidade de Jerusalém que a missão, em qualquer uma de suas dimensões, não faz sentido se não for vivida por meio da experiência concreta de amor, que nós traduzimos por Diaconia. Assim, o sacerdócio, o ensino e a profecia devem ser vivenciados na dimensão do serviço a Deus que se materializa no amor ao próximo.

Isto significa que quando pensamos no sacerdote a imagem que mais se aproxima de Deus não é a do chefe da sinagoga, mas a do bom pastor que volta à montanha em busca de uma única ovelha que ficou machucada no caminho (Mateus 18:12-14). Na perspectiva da Diaconia de Deus ser sacerdote não pode ser compreendido apenas como aquele que cuida dos negócios relacionado ao templo, antes deve implicar numa vida dedicada a servir ao povo de Deus, mesmo quando ele se encontra ferido no terreno acidentado da estrada da vida.

A segunda imagem muito presente no contexto religioso judaico-cristão é a do mestre. Ele é aquele que ensina ao povo sobre sua história, que oferece subsídios para que ele possa rememorar suas tradições, refletir o presente e fazer às adequações necessárias à chegada de um novo tempo (Lucas 8:25-37). Todavia, o verdadeiro mestre não é o que detém muitos conhecimentos, mas aquele que coloca sua sabedoria a serviço do seu povo, pois ao partilhar seu dom de ensinar o mestre multiplica e atualiza o conhecimento que lhe foi dado e, assim, cumpre fielmente sua missão de instruir o povo.

A terceira imagem é a do profeta, longe de ser uma pessoa com poderes mágicos de prever o futuro, ele precisa ter a dedicação do sacerdote, o conhecimento e a sabedoria do mestre e muita coragem. Sim, muitos profetas não apenas anunciavam o futuro, mas denunciavam as injustiças praticadas pelos poderosos contra o povo, e a consequência da denúncia poderia ser a prisão ou a morte. Muitos profetas radicalizavam em sua Diaconia, pois colocavam sua vida em risco para cumprir a missão que Deus havia lhes confiado.

Depois de olhar essas três imagens podemos perceber que Jesus Cristo traz sobre si as características de sacerdote, mestre e profeta. E, por acreditar que servir a Deus implicava em amar incondicionalmente sua criação, Jesus rompeu com uma série de expectativas ao seu respeito, frustrando pessoas, quebrando tradições e colocando em cheque algumas profecias, como a de um messias que seria um redentor político para o povo de Israel.

Quebrando a lógica do poder político e belicoso representado sobretudo pela estrutura do Império Romano, Jesus propõe inverter a lógica do processo para a obtenção do poder político. Ele coloca em ação uma transformação que começa dentro do indivíduo e depois chega às estruturas sociais, políticas e econômicas.

Tomando como princípio a Diaconia de Deus, Jesus convida o povo a servir uns aos outros em amor (Mateus 22:34-40), e esse gesto os coloca em comunhão uns com os outros e com a criação. O amor de Jesus era “escandaloso”, não impunha condições, um amor que quebrava tabus porque reconhecia em cada mulher, homem, jovem, criança ou idoso o rosto do Deus criador. Assim, só havia uma forma de demonstrar amor a Deus, amando a sua criação.

Os atos e feitos de Jesus propõe a conversão dos seres humanos através da Diaconia de Deus, que coloca o amor como elemento central da missão para a qual Deus nos chamou. Quem exerce o poder por meio do amor está disposto a servir e não a conquistar, dominar e colonizar. Por isso, Jesus insistia que seu reino não pertencia a este mundo, se tratava de algo muito maior, de uma revolução muito mais duradoura, que desconhecia a hierarquia do Império Romano e as vaidades dos mestres e doutores das sinagogas.

Nessa perspectiva Jesus curou as pessoas aos sábados (Lucas 14:1-6) numa clara demonstração que o amor está acima da lei, comeu com publicanos e pecadores (Mateus 9:10-13), andou na companhia de Maria Madalena (Lucas 8:1-3), pediu água e puxou conversa com a mulher samaritana (João 4:1-30) e não consentiu no apedrejamento da mulher que havia adulterado (João 8:1-11). Se converteu à mensagem da mulher síria (Mateus 15:21-28), se deixou ungir por uma mulher que derramou perfume sobre seu corpo (Mateus 26:6-13) e também saiu às ruas para brincar na festa dos tabernáculos (João 7) que era festa de colheita, como fazem os nordestinos em época de São João!

É esse compromisso com o amor em serviço que coloca em cheque as estruturas de um poder que se sustenta na força e na vaidade, que choca a liderança religiosa e política de Israel e do Império Romano, pois Jesus não se furtava em servir ao povo. Ser cristão ou cristã implica em se converter à proposta da missão de Jesus Cristo, para quem não há missão sem serviço. Nesse sentido, podemos afirmar que a Diaconia é condição necessária para ser cristão/cristã.

Olhando o exemplo de Jesus, que nos convida à missão de amar o próximo como a nós mesmos, compreendemos melhor o sentido de ser Igreja de Cristo e anunciarmos um evangelho que se propaga na dimensão do amor. Assim, no momento em que a Igreja reúne um grupo de pessoas para falar sobre a violência doméstica praticada contra as mulheres e denuncia essa prática como uma violação dos princípios cristãos além da violação legal, moral e social em nosso país, ela cumpre seu papel diaconal contribuindo para a construção de uma sociedade mais fraterna e menos violenta.

Quando a Igreja de Cristo abre suas portas para o acolhimento de pessoas que desejam ser membros do corpo de Cristo sem rotulá-las por seu gênero, sua classe ou raça/etnia, essa Igreja torna-se bálsamo no corpo e na alma de pessoas que são expulsas do convívio familiar, de sua cidade e de seu país por não corresponderem a um padrão social vigente. Quando acolhemos essas pessoas em nossas vidas e em nossas comunidades de fé compreendemos a missão que o Cristo nos convidou a assumir, amando o próximo como a nós mesmos.

Esses exemplos que acabamos de dar são apenas algumas das muitas ações que a Igreja de Cristo é convidada a assumir em seu ministério diaconal. Por certo, existem muitos outros que ainda não conhecemos, mas que dão testemunho desse serviço em amor.

Um exemplo da aceitação do desafio de viver a Diaconia como missão da igreja cristã nos foi dada pela Comunhão Anglicana quando, na década de 1990, desafiou e motivou a igreja a refletir sobre as marcas da missão, sendo essas:

- 1. Testemunhar para todas as pessoas o amor de Cristo, que reconcilia, salva e perdoa;**
- 2. Construir comunidades de fé, que acolhem, celebram e transformam;**
- 3. Viver a solidariedade com as pessoas pobres e necessitadas;**
- 4. Desafiar a injustiça, a opressão e a violência, promovendo uma cultura de Paz;**
- 5. Proteger, preservar e renovar a vida em nosso planeta.**

A Comunhão Anglicana entende que é dever das pessoas cristãs proclamar e servir, e essas marcas devem servir de guias para nossas ações.

Essas marcas são o modo de evangelizar o mundo, transformando de modo fraterno a realidade em que estamos inseridas. Assim, entendemos que a Diaconia é o método que a igreja se utiliza para anunciar as boas novas do Reino de Deus. O exercício da Diaconia leva a igreja a se mobilizar para a luta pela transformação das estruturas injustas desta sociedade. Através de sua ação diaconal a Igreja apresenta um Deus que age com compaixão, que cuida das pessoas enfermas, marginalizadas, pobres e desprotegidas. É nossa tarefa oferecer libertação às pessoas para que elas possam recuperar sua dignidade. Para ilustrar esse comprometimento decidimos compartilhar uma experiência vivida em uma das paróquias da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB).

Inspirada no princípio do evangelho que nos convida a amar ao próximo como uma demonstração do nosso amor a Deus e assumindo as marcas da missão proposta pela Comunhão Anglicana, a Paróquia Anglicana do Bom Pastor, localizada em Salvador, na Bahia, promoveu uma série de simpósios que trataram de religião, cultura popular e sexualidades entre 2005 e 2007. Como fruto deste trabalho chegaram a esta paróquia alguns jovens cristãos que anteriormente foram, de modo direto e indireto, convidados a deixarem suas igrejas de origem por causa de sua homossexualidade.

Um dos meninos disse que chegaram motivados pelas discussões, mas ainda desconfiados de que aquele era mais um discurso de acolhimento que acabaria na hora que eles decidissem frequentar a paróquia com seus companheiros e companheiras, em nome de uma moral cristã pouco comprometida com o amor cristão.

Segundo o pároco Bruno Almeida, essa foi uma experiência nova na comunidade e ressalta que foi gratificante e desafiador receber esses jovens na comunidade do Bom Pastor, pois era preciso assumir o serviço do amor a todas as pessoas como condição preponderante de um evangelho que sara as feridas que muitas vezes a própria Igreja faz. Disse ainda que essa experiência foi importante para fortalecer os laços de comunhão que implica em cuidado mútuo.

O pároco destacou que essa experiência de acolhimento fez a comunidade amadurecer sua compreensão do evangelho traduzido na Diaconia, que é o amor em serviço. Hoje, quase uma década depois, ele diz ser grato a Deus pelas vidas dos irmãos e irmãs da Paróquia do Bom Pastor que disseram sim para essa experiência libertadora de viver um evangelho maduro, que reconhece no amor incondicional de Deus por seus filhos e filhas o princípio da fé que nos une em nossa diversidade. Hoje todos estão integrados na comunidade, frequentando a paróquia com seus companheiros e companheiras e participando ativamente da vida da igreja.

Depois de compartilharmos essa rica experiência queremos encerrar, ressaltando que a Diaconia é a concretização das nossas experiências com um evangelho que faz sentido quando é vivido e partilhado na vida cotidiana de nossas comunidades. Assim Diaconia não é apenas missão da Igreja Anglicana, é missão dos que aceitam a proposta ousada e revolucionária de viver a experiência de amar ao próximo como a si mesmo. Por isso, ela é ecumênica, ou seja, não está diretamente relacionada a denominação ou religião a qual pertencemos, tem a ver com a compreensão do evangelho que decidimos ser e viver.

Em Deus que nos ama de modo incondicional.

Anexos

Primeira Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana – 1997

A sexualidade é um dom de Deus. As relações sexuais exercidas no contexto do amor e do respeito mútuos são consideradas como as coisas boas que Deus criou. Como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade.

1. Afirmamos que a sexualidade é um dom de Deus e que as relações sexuais, exercidas no contexto do amor e do respeito mútuo, não só devem ser aceitas, mas também consideradas como as coisas boas que Deus criou. Por outro lado, a promiscuidade sexual entre pessoas do mesmo gênero ou gêneros diferentes deve ser combatida, por ser contrária ao ensino das Escrituras. Entretanto, a Igreja deve receber com amor pessoas de qualquer raça, cultura, classe social ou orientação sexual. Afinal, como cristãos, somos portadores da promessa do Espírito Santo, que nos conduz à Palavra feita carne, que acolhe os abandonados, os incompreendidos, os marginalizados, que demonstra amor e compaixão à mulher apanhada em adultério, que conversa com a mulher samaritana e afirma a santidade do homem e da mulher em santo matrimônio.

2. A sexualidade é parte integrante do ser humano. Essa realidade abençoada se expressa em atos de conduta, que se convertem em atos de afeição, relação mútua e conhecimento recíproco entre homem e mulher. Isso envolve sempre uma comunidade. Por isso, o povo bíblico estabeleceu um determinado padrão de conduta, porque as relações sexuais não realizam toda sua potencialidade, se não levar em consideração o amor e a justiça em relação às outras pessoas. Portanto, os atos de violência sexual são iníquos.

3. A Conferência de Lambeth de 1988, no que concerne a família e matrimônio, não conseguiu eliminar a confusão, provocando ensino sobre sexualidade humana. Algumas províncias vêm afirmando que o homossexualismo é pecaminoso, enquanto outras adotam uma atitude pastoral contextualizada. A questão sexual, que abrange todos os aspectos

da vida social e individual, ainda não está de todo resolvida. Os estudos dos fatores que contribuem para as diferentes compreensões em relação ao homossexualismo continuam; e, como bispos, recomendamos o diálogo, o bom senso e a preocupação pastoral com as pessoas de orientação homossexual na comunidade. Não podemos assumir posições finais sobre a ordenação de homossexuais ou a benção de uniões de pessoas do mesmo sexo, porque na própria Comunhão o assunto ainda está em processo de amadurecimento. A Bíblia, em alguns textos, condena explicitamente o relacionamento homossexual, embora, em sua maioria, seus textos condenam a promiscuidade, a orgia ou o deboche. Entretanto, devemos entender que Bíblia não é um ditado de Deus, mas sim a Revelação de Deus carregada pela interpretação de seus autores, que trazem nela as influências de sua cultura e época (viviam eles numa sociedade patriarcal e machista).

4. É necessário que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil inclua em seus programas educacionais e pastorais estudos e orientações sobre a sexualidade humana, levando em conta o ensino das Escrituras, o conhecimento das ciências humanas, a experiência da tradição anglicana e uma compreensão contextualizada da controvertida questão, para que os seus eclesianos, livres de idéias pré-concebidas e na visão de uma sexualidade cristã sadia, possam assumir o dom da sexualidade no contexto da comunidade da fé e respeitar os outros.

Dom Glauco Soares de Lima (Bispo Primaz)

Dom Sumio Takatsu

Dom Cláudio V. de Senna Gastal Dom Clóvis Erly Rodrigues

Dom Sydney Alcoba Ruiz

Dom Luiz Osório Pires Prado Dom Almir dos Santos

Dom Jubal Pereira Neves

Segunda Carta Pastoral dos Bispos da IEAB sobre Sexualidade Humana – 2007

Se seus sonhos estiverem nas nuvens, não se preocupe, eles estão nos lugares certos; agora, construa os alicerces. (Shakespeare)

A relação sexual não se realiza na sua potencialidade, se não levar em consideração o amor e a justiça em relação à outra pessoa. (I Carta Pastoral dos Bispos, 1997)

Celebramos os 10 anos da I Carta Pastoral dos Bispos da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil sobre a Sexualidade Humana. O que nela foi dito ainda é atual para a Igreja hoje. No entanto, diante dos acontecimentos posteriores àquela época, que implicaram na deserção de um bispo e de vários clérigos no Nordeste e noutras partes da Comunhão Anglicana no mundo, resolvemos voltar ao assunto, divulgando de novo aquela carta e chamando a atenção para sua leitura e aprofundamento.

Faz parte da tradição em nossa Comunhão o respeito às diferenças de opinião em relação a questões que não são essenciais ao princípio da Revelação divina. Este princípio diz que “Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo.” Tudo que a Bíblia diz que não se refira à essência desta Revelação é secundário, ou seja, faz parte da cultura e dos costumes daqueles que foram instrumentos de Deus para a redação dos textos escriturísticos. Para nós, a Bíblia é a Palavra de Deus no sentido de mensagem de Deus e não ditado de Deus. Por isso, ao longo dos séculos, a Igreja vai discernindo o que é essencial e o que é secundário, o que é revelação divina e o que é mediação humana, sempre ligada a cada época e cultura. Esse discernimento não se faz simplesmente por opiniões de indivíduos ou de grupos. Para isso, todo o povo da Igreja é chamado a colaborar com seu “senso de realidade” e seu “bom senso”, formado pela fé e pela própria experiência de vida. A Tradição é isso, é a Bíblia sendo lida, ao longo dos séculos, na vida do povo de Deus, sob a guia do Espírito Santo. A luz da Razão também nos é de grande auxílio. É necessário examinar as Escrituras com a ajuda da reflexão teológica e das ciências para discernir, em cada tempo, o que Deus nos quer dizer, para que possamos experimentar na vida a obra divina da reconciliação.

Vemos que em nosso seio têm surgido elementos cismáticos e desagregadores que não se conformam com o fato de que há na Comunhão Anglicana correntes que divergem de seu modo de pensar. Percebemos que há quem tenha convicções autênticas; a esses, o

nosso respeito, com a afirmação de que são nossos irmãos e irmãs. Há quem se dedique a fomentar a divisão por razões não teológicas, tais como orgulho e anseio pelo poder ou fatores de outra natureza. Ora, isso gera perversas distorções, tanto em relação à natureza da comunhão da Igreja (Eclesiologia), quanto em relação à maneira de interpretar a Bíblia (Hermenêutica). Tanto uns como outros, chamamos ao bom senso e à união. Não é da nossa Tradição a submissão a uma Cúria ou qualquer outro órgão autoritário de doutrina ou prática. cremos na liberdade de pensamento, pois “a verdade nos libertará”. cremos na virtude da tolerância, tão característica do Anglicanismo, que é capaz de sustentar a comunhão em redor da mesa do Senhor e o companheirismo na missão de Deus. Isso é um processo que se desenvolve e amadurece lentamente, com diálogo e paciente escuta uns dos outros, e resulta naquilo que a Igreja chama de *sensus fidelium*, isto é, o sentir comum do povo crente.

Reafirmamos que cremos na inclusão. O estabelecimento de fronteiras ou divisões entre as pessoas, os grupos e os povos é fruto da exclusão que nos cega dentro de nossos limites e do dogmatismo fanático e inibidor da liberdade humana. Sob o amor ilimitado de Deus devemos construir os alicerces para a concretização de nossos sonhos. O Espírito Santo age por meio deles na construção de uma nova humanidade. Esta nova humanidade se realiza na aspiração de Nosso Senhor Jesus Cristo de que “todos sejam um”.

Nas linhas de nossa I Carta Pastoral foram expressadas as conclusões de nossos I e II Congressos sobre Sexualidade Humana. Reconhecemos que há ainda entre nosso povo muitas dúvidas sobre questões de sexualidade humana. Por isso, recomendamos ao clero que se aprofunde em seu conhecimento sobre o assunto para que tenham instrumentos pastorais adequados no atendimento de suas congregações.

Porto Alegre, dezembro de 2007.

<i>Dom Maurício José Araújo de Andrade, Primaz</i>	<i>Dom Celso Franco de Oliveira</i>
<i>Dom Edmundo Knox Sherril</i>	<i>Dom Naudal Alves Gomes</i>
<i>Dom Clovis Erly Rodrigues</i>	<i>Dom Sebastião Armando Gameleira Soares</i>
<i>Dom Luiz Osório Prado</i>	<i>Dom Filadelfo Oliveira Neto</i>
<i>Dom Almir dos Santos</i>	<i>Dom Hiroshi Ito</i>
<i>Dom Glauco Soares de Lima</i>	<i>Dom Saulo Maurício de Barros</i>
<i>Dom Jubal Pereira Neves</i>	<i>Dom Renato da Cruz Raatz</i>
<i>Dom Orlando Santos de Oliveira</i>	<i>Dom Roger Douglas Bird</i>

Declaração da I Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana – 2002

Reunidos no Rio de Janeiro para a I Consulta Nacional sobre Sexualidade, num ambiente de fraternidade e compreensão mútuas, respeito, solidariedade e amor cristão, nós, leigos e leigas, duas diáconas, dez presbíteros e quatro bispos, anglicanas e anglicanos de cinco dioceses, debatemos, analisamos, trocamos experiências e compartilhamos testemunhos sobre esta questão do ponto de vista bíblico-teológico, ético-pastoral e biopsicossocial.

Para maior compreensão e contextualização do assunto, partimos das resoluções das Conferências de Lambeth (1978/1988/1998) “reconhecendo a contínua necessidade de estudo profundo e desapaixonado da questão da homossexualidade que leve em consideração tanto o ensino da Escritura quanto o resultado das pesquisas científicas e médicas e os fatores socioculturais”, e da Carta Pastoral dos Bispos da IEAB (Sínodo Geral/1997) onde percebem e sugerem a necessidade de incluir em nossos “programas educacionais e pastorais estudos e orientações sobre a sexualidade humana”.

Do ponto de vista bíblico-teológico a sexualidade humana é dom de Deus para todas as pessoas. A libertação de todos os povos é o foco teológico do processo do êxodo e do ministério de Jesus. Deus nos ama incondicionalmente como somos, com todas as nossas diferenças e imperfeições. Amor este que é manifestado em Jesus Cristo, impulsiona-nos a amar e cuidar de toda a obra da sua criação. Amar a Deus é amar o próximo (I João 4:20-21), portanto, qualquer tipo de exclusão contém germes de morte. Amor é inclusão e vida em abundância (João 10:10).

Convidamos as lideranças leigas e clericais a promover debates que ajudem as comunidades a compreenderem melhor a complexidade e a beleza das relações sexuais humanas. É preciso conhecer e compartilhar as angústias daqueles e daquelas que a sociedade exclui. A inclusividade é a essência do ministério encarnado de Jesus, atraindo para si as prostitutas, os estrangeiros, os pobres, os doentes, os diferentes. É fundamental que a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil exerça sua vocação inclusiva e se permita acolher, com Amor e por inteiro, aquelas pessoas que a sociedade rejeita e aborta. Por esta razão assumimos a ética pastoral da Graça e da bênção de Deus e rejeitamos o princípio da exclusão, implícito na ética do pecado e da impureza, que causa divisão entre os seres humanos.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2002, A.D.

Declaração da II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana – 2004

Reunidos entre os dias 06 a 08 de agosto de 2004 no Rio de Janeiro, no histórico bairro de Santa Tereza, para a II Consulta Nacional sobre Sexualidade Humana, pessoas clérigas e leigas anglicanas de diferentes perspectivas, posicionamentos teológicos, experiências pastorais e vivenciais, debateram este assunto em clima de fraternidade, amor cristão e sadio confronto de idéias, compartilhando testemunhos, experiências pastorais e reflexões bíblico-teológicas, tendo como foco a sexualidade humana e a fé cristã, com ênfase no desafio da inclusividade de pessoas de orientação homossexual.

O encontro partiu de documentos da nossa Igreja e de artigos redigidos por alguns de seus membros, amadurecendo em alguns pontos no decorrer das discussões. Entendemos que a sexualidade humana é dom de Deus e que deve ser vivenciada em paz, liberdade, amor e respeito ao próximo. Que a Igreja deve respeitar a privacidade das relações afetivo-sexuais de seus membros, sejam eles do clero ou do laicato.

Afirmamos que toda e qualquer exposição pública da orientação sexual de qualquer pessoa – como pré-requisito para membresia ou para servir em ministérios ordenados ou laicos – constituem grave violação desta privacidade. Como pessoas anglicanas, temos orgulho porque somos parte da Igreja de Cristo que compreende que a inclusividade é um dos valores centrais não só de nossa Comunhão, mas do Reino de Deus.

Apelamos a toda Igreja Episcopal Anglicana do Brasil no sentido de nos mantermos em união pelo mesmo Senhor e Salvador nosso, como Província, respeitando as diferenças e fazendo delas um jardim ofertado a Deus, “como oferta de perfume suave, e como sacrifício que agrada a Deus” (Ef 5,2).

Sentimo-nos chamados por Cristo a testemunhar nossa fé e nosso amor “na gloriosa liberdade de filhos e filhas de Deus” e nos comprometemos a continuar construindo uma Igreja ampla, acolhedora e missionária.

Em nome do Cristo libertador de todos nós, pessoas pobres e ricas, clérigas e leigas, homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, assinamos essa carta na esperança de que esta simbolize novos horizontes para nossa Igreja, para que ela seja mais humana, mais solidária, mais inclusiva e amorosa.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2004.